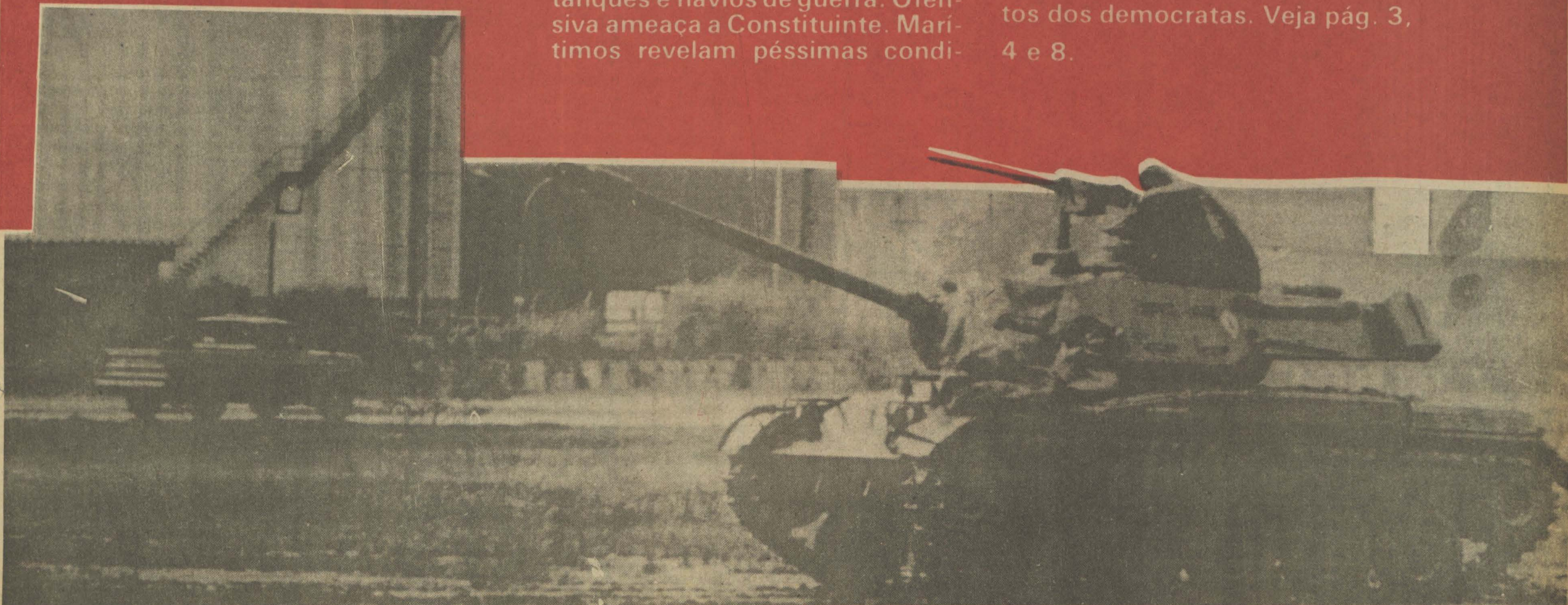


OPERAÇÃO DE GUERRA CONTRA TRABALHADORES

Portos e refinarias ocupadas por tanques e navios de guerra. Ofensiva ameaça a Constituinte. Marítimos revelam péssimas condi-

ções em que trabalham. Protestos dos democratas. Veja pág. 3, 4 e 8.



EDITORIAL

Inimigo interno

Existe algum indício de uma agressão de tropas estrangeiras ao Brasil? Acredita-se na hipótese de deflagração de uma guerra civil no país? Entre os marítimos e petroleiros foram localizadas ao menos armas de fogo, explosivos ou algum tipo de objeto de natureza militar?

Nada disto ocorre. Para que então entrar nos portos com vasos de guerra e desembarcar as tropas de elite dos fuzileiros navais? Para que ocupar as refinarias com tanques, canhões e destacamentos de combate? Quem é o perigoso inimigo desta guerra que, pelo vulto da operação, estaria iminente?

É lamentável dizer mas nesta batalha a "bravura" dos comandantes e soldados não merece nenhuma medalha, nem ao menos um elogio para contar na folha de serviços. O alvo da Marinha e do Exército nesta operação de guerra é a democracia. É portanto um combate sujo, que só pode receber a mais enérgica condenação de todos que amam a pátria e lutam por um Brasil livre, independente e progressista.

Os inimigos desta encenação arrogante com as Armas brasileiras, são trabalhadores marítimos e petroleiros que, pacificamente, cruzam os braços para reivindicar melhores salários e condições de trabalho razoáveis. Esta bravata, tão a gosto dos generais, volta-se portanto contra todos os trabalhadores, que se vêem ameaçados no direito elementar de fazer greve quando a situação o exige.

Os inimigos desta escalada militar são todos os brasileiros que, durante 21 anos, lutaram contra a intervenção despropositada das Forças Armadas na vida política nacional. É inaceitável, para todos estes que compõem a imensa maioria da população, assistir mais uma vez as questões sociais serem tratadas como caso de polícia e, pior ainda, constatar que o Exército permanece exer-

cendo o papel de polícia.

Não se pode deixar de observar igualmente que os canhões, fuzis e baionetas estão apontados ameaçadoramente para a Assembleia Nacional Constituinte. Seria ingenuidade supor que a ação de guerra seja isolada aos portos e refinarias. Ainda mais que a operação foi realizada exatamente quando se votava a questão decisiva da soberania da Constituinte e o governo, usando diversos procedimentos, tratava de intervir nos trabalhos.

Ao debater a soberania, uma das questões chaves era exatamente o poder da Constituinte revogar as medidas de emergência, previstas na atual Carta Magna herdada da ditadura. E não se pode negar que a invasão dos portos e refinarias foi uma aplicação (embora não declarada oficialmente) das tais medidas de emergência.

O governo Sarney, que já não vinha cumprindo a promessa de realizar a transição para a democracia compromete-se com este episódio, de forma perigosa e irresponsável, com o recrudescimento do militarismo no país, acentuando rapidamente a sua opção antipovo.

Não foi casual que, junto com a ofensiva das tropas nos portos e refinarias, figuras sinistras como o coronel Ustra, o general Medeiros e o próprio general Figueiredo, viessem a público para defender torturadores, pedir "mais energia", externar suas saudades do regime militar.

O assunto não afeta apenas aos petroleiros e marítimos, como já foi dito. A operação de guerra contra o povo merece o repúdio imediato e enérgico de todos os sindicatos, todas as organizações populares, entidades democráticas, parlamentares e personalidades. Se não encontrarem resposta à altura os generais e o governo se sentirão encorajados para atitudes mais ousadas.

CONSTITUINTE

PMDB, PFL, PDS e PCB somam forças contra soberania da Constituinte e impõem um regimento interno que preserva o lixo autoritário.

Forças democráticas formam plenárias para debater as teses e pressionar a Constituinte por mudanças progressistas. Pág. 3



25 mil gaúchas participam do 8 de Março

O Dia Internacional da Mulher foi comemorado em vários Estados de forma unitária. A maior mobilização foi em Porto Alegre com a presença de milhares de camponesas vindas de todas as regiões do Rio Grande do Sul. Veja na página 6

Moradores sem casa ocupam lotes vazios em S. Paulo

Milhares de famílias, não suportando pagar os altos preços dos aluguéis partem em busca de um pedaço de terra para morar. Em uma semana houve duas grandes "invasões" na Grande São Paulo. Os ocupantes se organizam, resistem ao assédio da PM e constroem suas casas em mutirão. Página 6

Dívida: mais arrocho é o que pedem os banqueiros

O ministro da Fazenda, Dílson Funaro, retornou da sua peregrinação aos países credores sem novidades. A comunidade financeira internacional não aceita sequer o modesto programa apresentado pelo governo Sarney. E "recomenda" que a direção da economia seja entregue ao FMI, ou seja, mais arrocho, recessão e desemprego. Página 4

Juventude quer mudanças e vida nova em Portugal

A dirigente do Partido Comunista (Reconstruído) de Portugal, Flora Silva, esteve no Brasil, onde assistiu ao congresso da União da Juventude Socialista (UJS), visitou entidades, conversou com operários em portas de fábricas. Flora falou a *Tribuna Operária* sobre as lutas operárias e democráticas em Portugal e sobre suas impressões a respeito da UJS.

TO: Você está ligada ao trabalho com os jovens em Portugal. Quais as reivindicações da juventude portuguesa?

Flora: A juventude em Portugal tem necessidade objetiva de uma organização ampla, que incentive a lutar pelas suas reivindicações, independentemente de partidos. Está, neste momento, a criar-se uma corrente juvenil progressista, visando formar esta organização. Os jovens lutam pelo direito ao trabalho, contra a elitização do ensino, por mais verbas para a educação, pela redução do serviço militar para 12 meses, pela paz, pela independência nacional. Em 25 de novembro os estudantes fizeram uma manifestação em Lisboa para protestar contra a situação caótica em que se encontra o ensino: a degradação das escolas, a falta de material, a superlotação, a falta de funcionários. Já os universitários fizeram uma manifestação combativa no dia 20 de fevereiro, e podem ir à greve geral contra as medidas do ministro João Dias Pinheiro que levam a elitizar ainda mais o ensino superior. Graves problemas que afetam diretamente os jovens são o desemprego e o subemprego, representado pelos contratos a prazo (os "bicos"). Existem 300 mil desempregados em Portugal. Apenas 14 mil recebem o seguro desemprego. Formam-se agora 1.500 médicos e 5.600 estudantes de Letras, que vão direto para o desemprego.

TO: Qual a análise que os comunistas fazem da situação do país?

Flora: Portugal é bastante dependente do estrangeiro do ponto de vista político, econômico e militar. Tem uma dívida externa de 16,5 bilhões de dólares e a interferência do FMI em toda a vida do país. No entanto, determinadas conquistas alcançadas pelo nosso povo na crise revolucionária de 74-75 e a resistência da classe operária e demais trabalhadores estão atrapalhando, em certa medida, o livre desenvolvimento da exploração capitalista em nosso país. Temos, por exemplo, uma das mais avançadas leis trabalhistas da Europa, assim



Flora, do PC(R): entusiasmo com o Congresso da UJS brasileira

como leis eleitorais bastante democráticas e algumas liberdades políticas que se tornam mais e mais incômodas para a burguesia. Neste ano de 87, os partidos que representam os grandes trusts capitalistas e imperialistas vão fazer de tudo para mudar esta estrutura política, através da revisão da Constituição. Este será certamente o assunto do ano, o centro da atividade política em Portugal.

TO: Doze anos depois da Revolução dos Cravos, as lições daquele período ainda estão muito presentes. Conte um pouco das conquistas políticas alcançadas naquela época.

Flora: Depois de 48 anos de fascismo, a classe operária e o povo derrubaram o regime e acabaram a guerra colonial (em Angola, Moçambique, Guiné e São Tomé). A princípio foi um golpe militar, mas as massas passam à conquista de liberdade, melhores condições de vida, melhores salários. Conhece-se neste período um processo muito avançado de organização dos trabalhadores nas fábricas. Em algumas empresas, as comissões de funcionários dirigiam totalmente o trabalho. Nos bairros formam-se comissões e associações de moradores. Os habitantes dos barracos (das favelas, chamadas em Portugal de bairros-de-lata) tomaram todas as casas desabitadas e as grandes casas das famílias burguesas que fugiram de Portugal. Ocupam-se as terras das grandes propriedades rurais. Formam-se cooperativas e uniões coletivas de produção. Organizaram-se comissões de soldados dentro dos quartéis, que tinham como bandeira: "soldado sempre, sempre ao lado do povo". Foram tirados os professores e diretores reacionários das escolas e os chefes lacaios dos patrões nas empresas. Acabou a feroz polícia política da ditadura, a PIDE. Nacionalizaram-se os bancos e as

empresas que foram abandonadas pelas famílias monopolistas de Portugal que fugiram do país. Finalmente foi eleito um parlamento especialmente para redigir a nova Constituição. Apesar das muitas conquistas democráticas, não se tocou no capital estrangeiro e não se levou até o fim a luta contra o imperialismo e a burguesia monopolista. A classe operária e demais trabalhadores foram aos grandes confrontos, mas quem dirigiu todo o processo foi a pequena burguesia. Em 25 de novembro de 1975, a burguesia volta ao ataque com um golpe reacionário, que recolocou o poder político nas mãos dos grandes capitalistas e do capital americano. Desde esse tempo, há 11 anos, eles têm feito campanhas para entregar as empresas nacionalizadas ao capital privado. Mas os acontecimentos do 25 de Abril ficaram muito marcados. Todo ano se fazem grandes comemorações, massivas, no aniversário da revolução. E a classe operária e os trabalhadores em geral, a custa de muita luta, resistem às investidas da burguesia, defendendo as suas conquistas.

TO: Finalmente, gostaríamos que você falasse um pouco do que achou do Congresso da UJS, que você assistiu aqui no Brasil?

Flora: Foi um congresso muito participativo, em que a juventude se preocupou com a resolução de seus problemas e com os destinos do país. A UJS mostra que já é uma organização com bastante representação nos movimentos juvenis do Brasil. Gostei do tipo de congresso em que há tempo para tudo: debate, cultura, esporte. Toda a energia, vitalidade e criatividade da juventude foi mostrada. A UJS é uma organização que está disposta a lutar por grandes conquistas: por uma Constituição democrática, por um país livre e independente, e pelo socialismo".

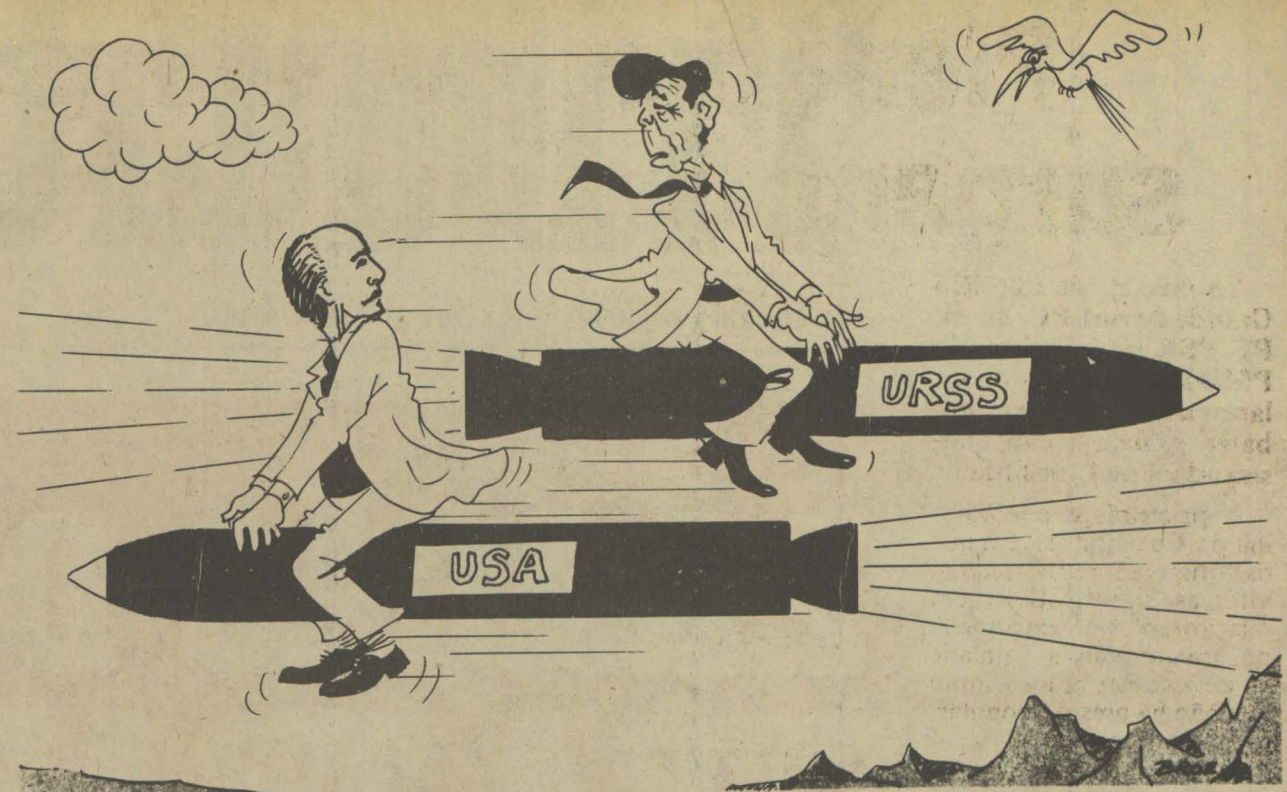
consequência, a economia espanhola internacionalizou-se ainda mais, caindo nas malhas do sistema financeiro e industrial, controlado pelos grandes monopólios.

Toda essa política econômica traz graves transtornos no terreno social, como o aumento do desemprego e diminuição dos benefícios sociais conseguidos a duras penas pelos trabalhadores. Os confrontos de patrões e Estado contra os operários estão se radicalizando cada vez mais. E o governo de Felipe González busca manobrar, como faz com a tentativa de antecipação das eleições gerais para este. A perspectiva, porém, é de crescimento e elevação do nível de consciência do movimento popular. (Javier Alfaya)

Econômica Européia, a CEE.

Os patrões têm acelerado o ritmo de produção e calcula-se que a produtividade tenha crescido em 3%, ao mesmo tempo que houve uma queda do poder aquisitivo dos salários reconhecida até pela UGT - União Geral dos Trabalhadores, central dirigida pelos social-democratas. Os salários pagos na Espanha ficam 25% abaixo da média do resto da Europa.

Com a mão-de-obra barata e com o mercado aberto às exportações estrangeiras após a eliminação de uma série de impostos alfandegários, os investidores dos "grandes" europeus, como Alemanha, Itália, França e Inglaterra, têm visto o mercado espanhol com indisfarçável interesse. Os investimentos duplicaram em 1986 em relação a 1985. Em



A conversa fiada da desmilitarização

O secretário geral do PC soviético, Mikhail Gorbachev, fez uma nova proposta de desarmamento para os EUA. Desta vez propõe a retirada dos mísseis de médio alcance instalados na Europa. O governo de Ronald Reagan tem posado de simpático à idéia, mas mesmo que saia o acordo, não há motivos para comemoração.

Soviéticos e americanos mantêm uma quantidade de mísseis nucleares capaz de destruir o planeta várias vezes. Os mísseis a que se refere a proposta de Gorbachev são os "Pershing" e "Cruise" americanos e os "SS-20" soviéticos. São chamados de médio alcance, capazes de atingir alvos a distâncias superiores a 1 mil quilômetros. Pela proposta de Gorbachev, esses mísseis seriam retirados dos países europeus e levados aos territórios de EUA e URSS, até o limite de 100 ogivas para cada país. Quanto aos mísseis de curto alcance, a URSS propõe que eles sejam gradualmente desativados.

A princípio a proposta soviética parece avançar na questão do desarmamento nuclear. Mas, analisando-a profundamente vê-se que trata de mais uma encenação dessa tragicomédia feita por EUA e URSS.

SEDE DE PODER

Há quase 30 anos, as duas superpotências vêm mantendo conversações bilaterais e assinando tratados sobre o desarmamento. Mas, mais alto que os acordos, fala a sede de poder.

Assim, constantemente os acordos foram violados, acompanhados de um processo de armamento dos dois países que culminou na absurda situação de hoje: eles detêm o poder de des-

truição de todo o planeta várias vezes (como se fosse necessária mais que uma vez!).

A última conversação em Reil-kavik, Islândia, gerou um impasse. A URSS exigia que o acordo sobre o desarmamento incluísse a desativação do projeto "guerra nas estrelas". Os EUA rejeitaram a proposta.

DEMAGOGIA SOVIÉTICA

Gorbachev tem se notabilizado pela ânsia de querer apoio da opinião pública mundial. Junto com a demagogia da sua política de abertura (o chamado *glasnost* - ver TO da semana passada), tenta aparecer agora como o grande defensor da "paz mundial". Mas sua proposta não passa de mais um belo golpe populista. Vejamos porquê:

1º) Os mísseis de médio alcance são mais fruto da disputa das duas superpotências do que armas necessárias. Os mísseis intercontinentais, de longo alcance, são mais que suficientes para destruição do mundo. Assim, a retirada dos mísseis de médio alcance não mudará nada, e trará certa economia nos gastos dos dois países, abalados com a crise mundial do sistema capitalista. Além disso, visa conter um pouco os protestos dos povos europeus;

2º) A proposta não inclui os mísseis de curto alcance da França e Inglaterra, que não se mostram dispostas a negociar sua

desativação;

3º) Reagan sofre desgaste no seu país com o escândalo Irã-Contras. Assinado o acordo, Reagan buscaria mais alguns pontinhos na sua combalida imagem perante a opinião pública mundial.

Ainda que a proposta de Gorbachev não mude em nada a situação, ela encontra oposição dos setores ultra-direitistas dos EUA e OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Os militares do Pentágono (Departamento de Defesa dos EUA) são contra qualquer acordo com a URSS e defendem que os EUA continuem se armando. Já o vice-comandante da OTAN diz que tirar os mísseis deixaria a Europa Ocidental à mercê das tropas convencionais soviéticas, a seu ver superiores às da OTAN.

Mas, como uma nova recusa de Reagan o deixaria ainda mais desgastado, a tendência é que os Estados Unidos firmem o acordo.

QUEM PERDE?

A disputa do mundo pelas duas superpotências imperialistas transformou a Europa num verdadeiro arsenal. Com a complicidade dos seus governos, Inglaterra, França e Alemanha convivem com armas milhões de vezes mais potentes que a bomba atirada em Hiroshima, na 2ª Guerra Mundial.

Assim, EUA e URSS permanecem no seu duelo interminável. Cada um conta seus passos, finge que entram em acordo, mas se arma mais. A grande diferença deste duelo é que quem corre risco de vida não são apenas os contendores, mas a humanidade inteira. (Dennis de Oliveira)

Falta moradia nos Estados Unidos

No início do mês ocorreu uma manifestação nos Estados Unidos exigindo moradia para a população de baixa renda. O ato, ocorrido em Washington, se deu por ocasião da votação de verbas para as moradias populares no Congresso. O episódio chamou a atenção para um problema que vem crescendo no país de Ronald Reagan. Na Meca do capitalismo ocidental existem mais de dois milhões de pessoas sem casa.

É o resultado da política elitista de Ronald Reagan. Para ficarmos em exemplos recentes: das 3.400 residências construídas em Boston, em 1986, apenas 25% tinham preço ao alcance de famílias com rendas moderadas. Ao mesmo tempo, 4 mil apartamentos foram convertidos em condomínios para executivos e profissionais liberais. Reagan, com o apoio quase unânime do Partido Democrata (oposição, nos EUA), cortou os subsídios para residências populares em 60%, e pretende ceder os projetos para essas residências - até agora, função do Estado - para o capital privado, o que acarretará em inevitável elevação dos preços.

Vale salientar, como foi mencionado acima, que o Partido Democrata apoiou a redução dos subsídios para a moradia popular. Mas agora, quando começam a esquentar os motores da disputa presidencial - deve ocorrer eleição em novembro de 88 -, os "democratas" mudam o discurso, de olho no voto. Na manifestação de protesto pela falta de moradia, a imprensa destacou a presença do mais novo parlamentar da milardária família Kennedy (Partido Democrata), deputado Joe, que naturalmente não sofre a falta de teto, mas quer o apoio de quem não tem onde morar.



Espanha atolada na crise

Desde novembro o noticiário político internacional vem destacando as jornadas estudantis da Europa. Primeiro os franceses, em novembro; depois os espanhóis. A crise capitalista, que angustia os jovens, descarrega toda suas consequências nefastas, com muito mais dureza, sobre a classe operária, especialmente dos países europeus mais pobres, como Grécia, Portugal e Espanha.

O caso da Espanha merece destaque, pois o país é governado há seis anos pelos falsos socialistas do PSOE, encabeçado por Felipe González, atrelados aos grandes interesses do capitalismo espanhol, aos banqueiros e às multinacionais. O PSOE aceita todas as imposições feitas pelas grandes potências dentro da Comunidade

Plenárias populares surgem em dois Estados

Em São Paulo e no Rio Grande do Sul, PC do B, PT, PSB, progressistas do PMDB e entidades populares unem-se para combater a hegemonia conservadora na Constituinte.

A primeira grande batalha da Constituinte, em que os conservadores obtiveram vitórias significativas em relação ao regimento interno, comprovou a validade de uma antiga lição: sempre que não há pressão popular, o parlamento brasileiro revela por completo sua vocação conservadora: as forças de direita ampliam, seus espaços, os vacilantes acovardam-se e acabam cedendo a elas e os democratas vêm seu poder de fogo reduzido.

Na tentativa de reverter este quadro pouco favorável, partidos e entidades progressistas têm se lançado, em várias partes do país, à tarefa de mobilizar parcelas mais amplas da população para que acompanhem atentamente e interfiram no desenrolar dos trabalhos da Constituinte. Em todas as situações em que tem havido espírito de unidade as iniciativas começam a dar resultados positivos.

É o caso do Rio Grande do Sul. Em pelo menos duas localidades do Estado - na Zona Sul de Porto Alegre e no município de Santa Maria - PC do B, PT, PSB, PCB e entidades populares articulam a formação de "Comitês Unitários Pró-Participação Popular na Constituinte". Em ambos os casos estão marcadas assembleias amplas dos comitês para o fim de março, em que serão aprovadas plataformas básicas de reivindicações e estabelecidos planos de mobilização popular. As lideranças do movimento já pensam em criar condições para organizar coletas de assinaturas em bairros populares, visando apresen-



Fábio: importância da unidade

Movimento Popular na CONSTITUINTE

BOLETIM 1 OSASCO - SP MARÇO 87

A esperança do povo na Constituinte

O povo quer da Constituinte resoluções progressistas. Quer continuar construindo a democracia, acabando com as leis antidemocráticas da época da ditadura: lei de greve, lei de segurança nacional, decretos leis. Quer um País onde trabalhadores possam se organizar livremente e trazer suas lutas sem que as Forças Armadas coloquem tanques nas ruas, como aconteceu no Rio de Janeiro, para impedir a greve geral de 12/12/66. Quer mais justiça para o povo e não um poder judiciário que decreta ilegal todas as greves dos trabalhadores. Quer uma reforma agrária anti-fundista. Quer as 40 horas semanais, a estabilidade no emprego, a liberdade e autonomia sindical. Quer a soberania e a independência nacional. Enfim, quer a realização de mudanças profundas em nosso País.

ACONTECENDO NA CONSTITUINTE

Articulação das caravanas populares que se dirigem ao Congresso. DO LADO DE DENTRO Os microfones foram retirados do plenário para impedir os parlamentares de falarem, limitando-os ao papel de ouvintes do Presidente do Supremo Tribunal Federal. INÍCIO DOS TRABALHOS Articulação conservadora para manter o controle da constituinte e da Câmara nas mãos do presidente Sarney, do PMDB e PFL, junto a candidatura de Ulysses Guimarães para a Presidência das duas casas. CONSERVADORES ALCANÇAM EX-TOS Ulysses foi conduzido aos dois cargos, vencendo Fernando Lyra por 299 a 155 votos na Câmara, e vencendo Lysâneas Maciel por 425 a 89 votos na Constituinte.

CONSTITUINTE EM DEBATE MARÇO 20H - CÂMARA - TV PAI

Em Osasco, a plenária popular já edita um boletim regular.

tar propostas à nova Constituição, conforme estabelece inclusive um dos artigos do regimento da Constituinte.

Em São Paulo, movimentos semelhantes estão prosperando em pelo menos dois municípios: Osasco e Santos. No primeiro, o "Movimento Popular na Constituinte" já possui telefone fixo para contatos, num sindicato da cidade, edita um boletim de ampla circulação e marcou um debate sobre os rumos da Constituinte, com participação de deputados do PC do B, PT, PCB, PMDB e PDT.

CLIMA DE UNIDADE

Em Santos, o presidente do diretório municipal do PC do B e membro da Comissão de Coordenação da Plenária de Participação Popular na Constituinte, Fábio Mesquita, relatou com detalhes à *Tribuna* as etapas percorridas para a articulação do movimento. "A primeira iniciativa - contou ele - foi organizar uma caravana a Brasília na instalação da Assembléia. Somando forças com o PT, o PCB e com setores da Igreja que compunham as 'plenárias da Constituinte' conseguimos alugar um ônibus e levar representantes de 23 entidades populares".

A experiência frutificou. Depois de alguns entendimentos foi realizado, no último dia 6, a primeira reunião da Plenária, com a presença de cerca de 30 entidades sindicais, estudantis e de bairro. "O clima foi de unidade - continua Fábio - porque sabemos que, apesar de haver divergências entre nós, é mais importante no momento obter da Constituinte, através de um esforço comum para a mobilização popular, conquistas que interessam a todas as forças progressistas".

Logo na primeira reunião a Plenária criou quatro comissões - de Coordenação, de Finanças, de Mobilização e Eventos e de Divulgação e Imprensa - que já começaram a funcionar. Ficou estabelecido que a Plenária em seu conjunto fará uma reunião a cada vez ou em caráter extraordinário, sempre que conveniente. E já começam a ser programadas atividades mais amplas, como a edição de um boletim com larga tiragem e com periodicidade regular, a ida constante aos jornais para posicionamento sobre os temas em pauta na Constituinte, a marcação de debates periódicos com parlamentares progressistas e a

participação em dias estaduais e nacionais de luta que venham a ser marcados em âmbito mais amplo.

APELO AO PMDB

Como os líderes desses movimentos vêm a participação do PMDB, o partido que reúne maioria absoluta na Constituinte? É o próprio Fábio quem responde: "Uma de nossas maiores preocupações é atrair os peemedebistas progressistas. Ainda que o diretório do PMDB da cidade seja dominado por setores de direita, temos procurado constantemente a adesão de setores deste partido que estão representados nas entidades populares".

Iniciativas localizadas como a de Santos podem se multiplicar por todo o país. Para que isso ocorra o movimento popular deve aproveitar, sempre que for conveniente, espaços institucionais. Em Caxias do Sul (RS), por exemplo, o vereador Elói Frizzo, do PC do B, propôs e obteve a criação, na Câmara Municipal, de uma Comissão Especial "encarregada de acompanhar os trabalhos constituintes em Brasília e de contribuir na organização dos setores populares para exigir suas reivindicações na Constituinte". A comissão será integrada, além dos vereadores, por líderes sindicais, estudantis, e de associações de bairro.

INICIATIVA DE MONTORO

Em S. Paulo as possibilidades nesse sentido são ainda mais amplas. O próprio governador Franco Montoro tomou a iniciativa de sugerir a criação pelas Câmaras Municipais de "Comissões Pró-Constituinte". Em mensagem enviada a todos os prefeitos e vereadores do Estado, no último dia 11 de fevereiro, Montoro sugere que estas comissões, integradas pelo prefeito, pelo presidente da Câmara, por um vereador de cada partido e por entidades representativas da população local" utilizem escolas, áreas públicas e órgãos locais de comunicação para informar a população sobre as proposições apresentadas e as discussões em andamento na Constituinte, recolher as sugestões da comunidade local e enviá-las a Brasília, especialmente através dos representantes da região".

(Antônio Martins)

Regimento nega a soberania da Constituinte

No último dia 10, PMDB, PFL, PDS, PCB, PTB e outros grupos conservadores uniram-se para impor um regimento interno que restringe a soberania da Constituinte. Haroldo Lima (PC do B), Lysâneas Maciel (PDT) e Ademir Andrade (PMDB) falam a Altamiro Borges, da *Tribuna Operária* sobre a batalha travada e suas consequências.

TO: A Constituinte finalmente possui um regimento interno. Qual o caráter desse regimento, e como se deu a batalha por sua aprovação?

Haroldo Lima: O resultado final representou sem dúvida uma derrota para os que lutavam pela soberania da Constituinte. A emenda ao artigo 57 do regimento, proposta pelo deputado Maurílio Ferreira Lima e aprovada, representa a negação da soberania. Ela prevê apenas a possibilidade da Constituinte sustar medidas que ameacem seu funcionamento. Ora, se a legislação autoritária existente for aplicada, se, por exemplo, for decretado Estado de Emergência em Brasília, a Constituinte não terá condições de suspendê-lo. Se o Exército cercar o Congresso será muito tarde para impedir a ação.

A soberania estaria garantida se a Constituinte pudesse revogar todo o entulho autoritário, todos os preceitos constitucionais que, se aplicados, limitam seu poder. Isso infelizmente ficou impossibilitado. Continuam em vigor as medidas de emergência, o decreto-lei, o decurso de prazo, o direito dos tribunais militares julgarem os civis, a impossibilidade do parlamento legislar sobre matéria financeira e a proibição de greves nos setores essenciais e no funcionalismo. Tudo isso quer dizer que, pelo menos por enquanto, Constituinte livre e soberana passou a ser letra morta. É evidente que no desenvolvimento dos trabalhos esta questão deverá ser retomada, e nós faremos isso com vigor. Mas, concretamente, a Assembléia começa seus trabalhos sem poderes, vulnerável às pressões e às leis arbitrárias existentes.

Haroldo "pressões intensas da direita"

Quero ressaltar que houve intensa pressão sobre os Constituintes, por parte do Palácio e inclusive dos ministérios militares. Os assessores desses ministérios interferiram na questão, visitaram gabinetes e conspiraram contra a soberania. O temor deles era que, com a soberania, fosse revogado o entulho autoritário e que, a partir daí, o governo Sarney, que se põe a serviço dos militares, ficasse sem instrumentos arbitrários para enfrentar problemas da conjuntura, como as manifestações dos trabalhadores.

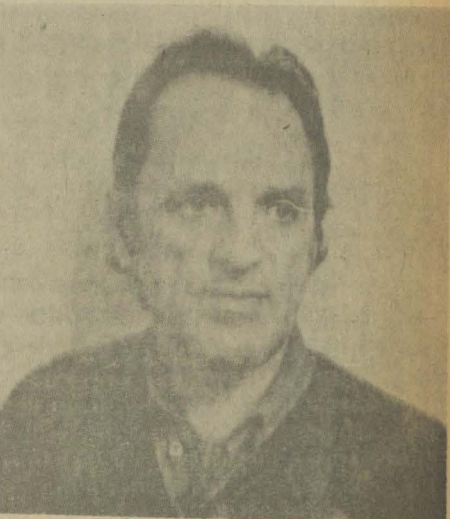
Lysâneas Maciel: Foi a consagração de um dos regimentos mais autoritários da história das Constituintes brasileiras. Curiosamente foi aprovado no momento em que há várias intervenções militares, por exemplo nas refinarias e nos portos. Creio que isso não foi um mero acidente. Na hora em que se discutia o regimento, em que se deliberava sobre o direito da Constituinte revogar o entulho autoritário, os militares deram uma demonstração de forças desproporcionada. Deixaram claro que querem uma Constituinte supervisionada por eles próprios.

TO: Como se comportou o PMDB nessa disputa?

Lysâneas: Apesar de se dizer governo, o PMDB não tem assumido posição firme em defesa da democracia, negando seus compromissos. O Executivo está atuando sozinho e livremente, legislando, fazendo negociações com governos estrangeiros sem ouvir ninguém e o PMDB não toma qualquer atitude. Há um grupo



Haroldo Lima, líder do PC do B



Lysâneas Maciel, PDT/Rio de Janeiro

mais revoltado, mas que não tem coordenação e que, no caso, se dividiu, uma boa parte votando na emenda Maurílio, contra a soberania. Ademir Andrade: O PMDB, apesar de ser o maior partido no Congresso, acabou se submetendo à direita, ao PFL, PDS e PTB. Um terço do PMDB é ligado às forças reacionárias. Já haviam fugido da primeira votação, antes do Carnaval, e agora garantiram a capitulação do partido na questão da soberania.

TO: Que lições as forças progressistas podem tirar do episódio?

Haroldo Lima: Quero ressaltar que no seu conjunto esta batalha trouxe à tona alguns aspectos de vitória. Ela contribuiu para a articulação das forças progressistas e permitiu caracterizar melhor os setores vacilantes e de direita na Assembléia. Veja o caso do PMDB. No início da discussão sobre o regimento interno, assumiu uma posição de certa liderança, articulou com todos os partidos, inclusive os menores e mais progressistas, e formulou o substitutivo 2 de Fernando Henrique, numa composição do centro-esquerda com a esquerda. Este substitutivo, entretanto, foi abandonado com as pressões do Palácio do Planalto e as reações dos radicais de direita desta Casa, principalmente no PFL. O PMDB se dobrou, rompeu com os partidos avançados. Isso vai mostrar a necessidade imperiosa da articulação dos setores progressistas, articulação que ultrapassa as fronteiras de qualquer partido, isoladamente.

Lysâneas: "PMDB nega seus compromissos"

Ademir Andrade: Do grupo progressista do PMDB apenas 26 votaram contra a emenda Maurílio. Faltou articulação, alguns que se dizem líderes do grupo foram cooptados pelo governo. O grupo progressista se esfacelou devido à falta de discussão e articulação, mas tem condições de reagrupar e conseguir maior consistência. Não podemos dispersar esta grande força, deixar de lado esse potencial.

TO: Como atuou o PCB?

Lysâneas Maciel: A postura desse partido é de sempre recuar, com o discurso de medo de novo golpe. O Roberto Freire, líder pecebista, diz que o regimento aprovado foi uma conquista. Não tem nada de conquista, é uma empulhação para enganar o povo. A atitude do PCB é de se resguardar, fazendo sempre maiores concessões.

Repúdio à intervenção dos militares

A intervenção arrogante dos militares nos movimentos reivindicatórios dos marítimos e petroleiros vem merecendo enérgico repúdio das forças democráticas e populares. No último dia 10, a Câmara Municipal de São José dos Campos, em S. Paulo, aprovou por unanimidade uma mensagem de protesto, enviada ao presidente Sarney e outras autoridades. Na Constituinte as lideranças do PC do B, PT e PDT procuraram na quarta-feira o deputado Ulysses Guimarães, a quem pediram que interferisse junto ao governo no sentido de uma imediata retirada das tropas. Cinicamente (pois o fato foi manchete naquele dia em todos os jornais) Ulysses disse desconhecer o episódio.

Em São Paulo, diversas entidades populares (CGT, Conam, UBES, UMES e outras) e partidos políticos (PC do B, PDT e PT) lançaram uma nota condenando a intervenção. "Aguardando como guardiões do capital e da exploração, as Forças Armadas lançam-se, mais uma vez contra o povo", afirma o texto.

Eis, na íntegra, a mensagem dos vereadores de São José dos Campos: "No dia de ontem uma comissão interpartidária de vereadores desta casa de leis foi impedida, por barreira formada por policiais militares



Refinaria Duque de Caxias: soldados, metralhadoras, tanques e canhões contra os trabalhadores

e elementos do corpo de segurança da Refinaria do Vale do Paraíba - Revap - localizada nesta cidade, de se aproximar da empresa, em cujo recinto centenas de soldados do Exército encontravam-se constrangendo trabalhadores em justo e pacífico movimento de reivindicação salarial. Os militares prepararam verdadeira operação de guerra para intimidar os petroleiros. Em todos os locais da refinaria existiam militares portando metralhadoras de chão e outras armas pesadas, inclusive em áreas de alto risco. E isto ocorre ao

mesmo tempo em que os fuzileiros são utilizados para intimidar os marítimos em greve.

Tristes episódios. Ao mesmo tempo em que merecem o mais veemente repúdio desta casa de leis, também servem para, mais uma vez, mostrar a necessidade da Assembléia Nacional Constituinte reformular o papel das Forças Armadas, retirando-lhes qualquer prerrogativa constitucional que não seja o de apenas zelar pela integridade do território nacional (tão espoliado pela sanha do capital estrangeiro) e preservar as

nossas fronteiras de ataques externos. A intervenção das Forças Armadas em movimentos reivindicatórios dos trabalhadores por melhorias salariais indicam procedimentos que esperávamos tivessem sido enterrados com o fim dos governos militares. Face ao exposto, a Câmara Municipal de São José dos Campos - SP, por decisão de plenário, apela a Vossa Excelência no sentido de que sejam garantidas as liberdades democráticas em nosso país e que as justas reivindicações dos petroleiros e marítimos sejam imediatamente atendidas".



Ademir Andrade, PMDB, para

A GUERRA DE OCUPAÇÃO DAS REFINARIAS E DOS PORTOS



Exército e Marinha reprimem grevistas

Em movimento coordenado das Forças Armadas e desencadeado pessoalmente pelo presidente Sarney, tropas do Exército ocuparam 10 das 11 refinarias da Petrobrás, nos quatro cantos do país. A ocupação foi realizada dois dias depois de navios de guerra desembarcarem tropas de elite dos fuzileiros navais em todos os portos brasileiros para reprimir a greve dos marítimos.

A ação do Exército que se seguiu à ocupação dos portos pela Marinha brasileira, com fuzileiros navais, foi uma das maiores operações de guerra já vistas nos últimos anos. Blindados M 113, caminhões e jipes de apoio para transporte de tropas, fuzis Fal, tanques de guerra, fragatas e outros barcos da Marinha, soldados do Exército e fuzileiros navais, passaram a fazer parte do cenário em centros vitais da produção e refino de petróleo, além da intervenção direta em vários navios mercantes estacionados em portos de norte a sul do Brasil.

“Não pode nunca ser confundida a prudência com a fraqueza” - sentenciou o presidente José Sarney, em cerimônia de inauguração de uma hidroelettrica em São Paulo na última quarta-feira. Talvez, com isso, ele estivesse dando resposta ao bombardeio pesado disparado pelo ex-chefe do SNI e atual diretor do Departamento Geral de Pessoal do Exército, general Octávio Medeiros, quando declarou “faltar pulso firme” ao governo federal para enfrentar a atual onda de greves. Segundo ele, “o conceito de autoridade está abalado hoje”, explicando que “no meu tempo de governo, acho que o conceito de autoridade era outro”. A razão do atual estado de coisas é fruto, concluiu Medeiros, “de concessões de todo o tipo”, que vão da legalização dos partidos comunistas à liberalização dos costumes.

O fato é que o presidente da República foi fartamente informado a respeito da movimentação de grevistas em curso, principalmente entre os marítimos, caracterizando-o como “de conotação política e uma afronta às leis vigentes e ao próprio governo federal”. Já o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro de Exército, ao



Cinco tanques, três carros blindados e tropas do Exército portando metralhadoras ocuparam a Reduc

mos meses “Rompendo o silêncio”, onde se propõe a contestar as acusações que pesam sobre sua atividade. O ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, veio em sua defesa respondendo às perguntas dos repórteres: “Ele disse que não torturou e eu acredito nele”. Para o coronel Ustra não está valendo o Regulamento Disciplinar do Exército que têm sido rigorosíssimo quando qualquer militar ousa fazer críticas políticas à condução de intervenção das Forças Armadas na vida da Nação.

A APROXIMAÇÃO INDESEJADA

Sem nenhuma dúvida, o governador Miguel Arraes não estava afinado com a maioria dos brasileiros quando justificou a indicação de dois oficiais militares do Exército para seu secretariado, no início da semana, dizendo que “as Forças Armadas não podem ficar distantes da população”. Argumentou na ocasião, “buscar nas Forças Armadas o apoio de parcelas majoritárias, que não estão comprometidas com a repressão anterior”. E, por isso recebeu elogios do general Ivan Souza Mendes: “O senhor não guarda mágoas, dr. Arraes. Gostei de como coloca as coisas”.

O que os trabalhadores assistiram, entretanto, foi uma “aproximação indesejada”, com a aplicação em toda a linha da tão propalada doutrina de “segurança nacional”, de origem alienígena, antipatriótica e antidemocrática. As Forças Armadas, ao invés de assegurarem a defesa militar contra a agressão externa, passam a atuar abertamente como instrumento de repressão ao povo. Os trabalhadores das refinarias e siderúrgicas, em suas assembleias de campanha salarial, passaram a incluir, em seu rol de reivindicações sindicais, por melhores salários e condições dignas de trabalho, a desocupação imediata de todas as instalações destas empresas estatais, assumindo o movimento um caráter político claro.

Pedro de Oliveira

A dívida em compasso de espera

O ministro Dilson Funaro, da Fazenda, retornou na semana passada de uma longa peregrinação pelos países credores do Brasil. Apresentou a governantes e banqueiros a proposta de renegociação da dívida do governo Sarney. Mas não obteve uma boa acolhida. Ouviu insistentes recomendações de que o comando de nossa política econômica deve ser novamente entregue ao Fundo Monetário Internacional, o FMI.

O atual governo não tem o propósito de confrontar-se com os interesses da poderosa comunidade financeira internacional. Suas pretensões podem ser consideradas modestas: redução dos pagamentos ao exterior a um montante máximo de 7 a 8 bilhões de dólares por ano, que seria o superávit comercial deste ano. Mas sem qualquer gesto rebelde.

DENTRO DA “LEI”

Não passa pela cabeça de nossas autoridades, por exemplo, contestar o direito dos banqueiros estrangeiros abocanharem uma expressiva parcela das riquezas produzidas pelo povo brasileiro. Nem mesmo promover uma auditoria rigorosa da dívida, cuja legitimidade não põem em dúvida. Pretendem “honrá-la” integralmente.

Tudo que pedem é uma diminuição do valor enviado anualmente para fora (hoje superior a 13 bilhões de dólares), num processo de renegociação que não significa qualquer afronta: redução dos *spreads* (taxa de diferença entre o que os bancos pagam para captar e os juros finais, cobrados a título de risco) e transformação de uma parte dos encargos do endividamento em novos empréstimos, num processo de “refinanciamento automático”, conforme Paulo Nogueira Batista, assessor de Funaro.

PRIMEIRO O XERIFE

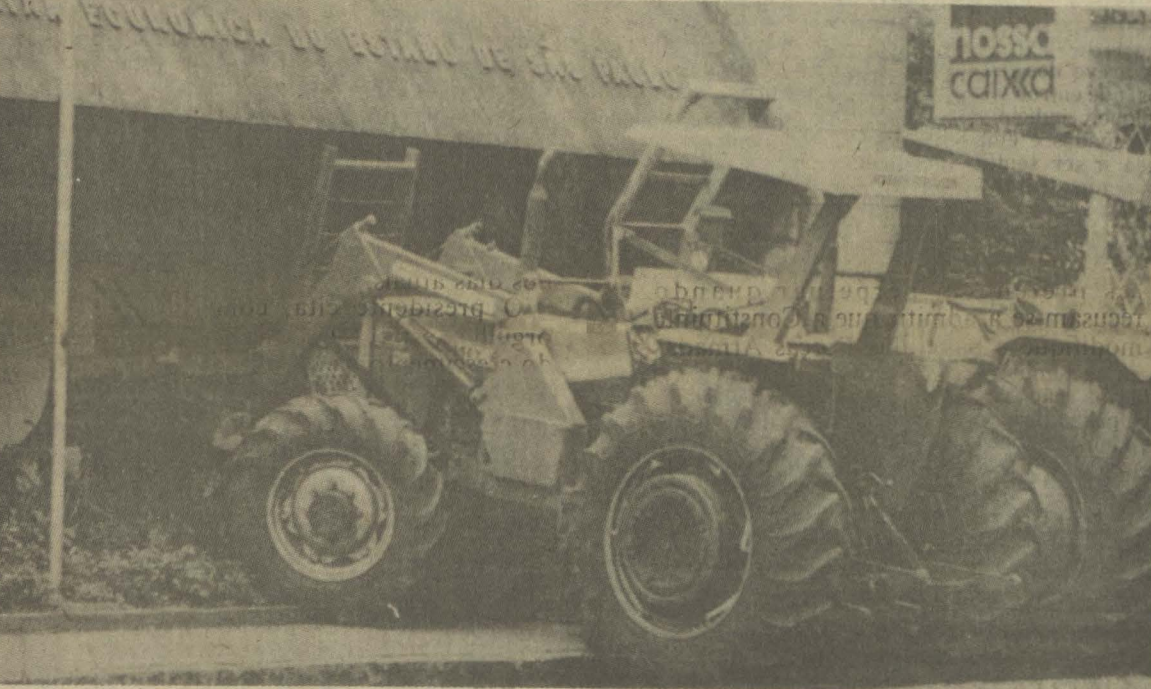
Apesar de modesto e cor-deiro, o plano do governo não é muito simpático aos credores. De suas intermináveis viagens, Funaro volta sempre com o pires vazio: “As agências oficiais estão fechadas para o Brasil, recebem mais dinheiro nosso do que liberam”, lamentou em Londres.

Banqueiros e governos dos países ricos, talvez porque são

ricos à custa da miséria dos dependentes, insistem em receber integralmente os juros e exigem “ajustes internos” na economia que garanta seus interesses. Em um editorial recente, expressando o pensamento da comunidade financeira, o jornal norte-americano “Washington Post” assegura que, sem um programa econômico adequado ao receituário dos credores, não se deve esperar nenhuma benevolência.

E, indignado, o órgão critica asperamente a vida que consideira nababesca de nossos trabalhadores, bem como a bondade dos nossos governantes: “O Brasil é uma democracia genuína, mas seu presidente fica tentando ganhar popularidade concedendo aumentos de salários que são fatalmente inflacionários”.

Em todas as conversas que manteve nos três países onde se concentram os principais bancos credores brasileiros, Funaro ouviu a exigência de que, antes de tudo, é o xerife das finanças internacionais, o FMI, quem deve ser procurado. Os banqueiros querem um acordo com o Fundo. “Isso pode ser uma cortina de fumaça para esconder outro tipo de preocupação - a necessidade de uma economia brasileira gerar superávits comerciais suficientemente elevados para cobrir o serviço da dívida externa. Quando os credores falam em programa de ajuste interno, eles de fato estão pensando nisto”, diz o economista Paulo Nogueira Batista. O ministro da Fazenda continua dizendo que ao FMI o Brasil não vai mais, mesmo porque isto redundaria, regra geral, em recessão. O quadro, portanto, é de impasse. E pode se agravar nos próximos meses.



Máquinas agrícolas bloqueiam uma agência da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, em Avaré

Direita manipula manifestações

O desequilíbrio da produção e da política agrícola que só atende os tubarões da agropecuária. Isso é o que mantém milhares de pequenos e médios produtores agrícolas mobilizados na luta por melhores condições de crédito, comercialização e armazenamento para a safra deste ano.

A direção desse movimento é disputada ferozmente pelos latifundiários. De um lado, a UDR, representando o latifúndio improdutivo, associado ao capital estrangeiro e de outro lado o empresariado agropecuário, também associado ao capital estrangeiro, representado pela Sociedade Rural Brasileira (SRB), as Federações e Sindicatos Rurais (de patrões), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e outras. Essas entidades se associaram na Frente Ampla Nacional Agropecuária Brasileira e lá dentro travam acirrada luta.

CONTRADIÇÕES

Aparentemente estão levantando as mesmas bandeiras dos pequenos produtores mas uma pequena análise das suas reivindicações já mostra as divergências entre os milhões de pequenos produtores e os tubarões.

Os preços mínimos, por exemplo. Todo mundo luta por preços mínimos justos só que os preços anunciados pelo governo contentaram a Frente Ampla e provocaram protestos das lideranças dos trabalhadores rurais como Contag e Fetaesp e outros que consideram os valores dos preços mínimos mais de 20% abaixo dos custos para os pequenos pro-

dutores que têm produtividade menor que os grandes. Além disso, o produtor que quer vender sua safra para o governo pelo preço mínimo precisa atender a uma porção de exigências que acabam impedindo os pequenos e médios de se beneficiarem da política de aquisições do governo federal e do preço mínimo. São obrigados a vender no mercado a preços baixos na época da safra para pagar suas dívidas.

Sobre a dívida do crédito agrícola: os pequenos proprietários estão pendurados no banco e arriscados a perder suas terras nos leilões se não conseguirem comercializar a safra satisfatoriamente. Já os latifundiários que não dependem para sobreviver do crédito agrícola provavelmente serão os compradores dessas terras leiloadas pelo banco. O crédito agrícola muitas vezes é usado pelos empresários e latifundiários para comprar carros de passeio, terras ou simplesmente para especular no mercado financeiro.

Esses são alguns exemplos, mas praticamente todos os itens têm interpretações diferentes conforme o tipo de produtos. Entretanto, as lideranças deste grande movimento que está varrendo as cidades do sul do país, escondem essa realidade, ajudadas pela imprensa. É o certo que conduzirão o movimento conforme seus próprios interesses, na medida das suas necessidades. E quando os pequenos proprietários quiserem ir mais além, conquistar uma política agrícola mais democrática, quer dizer, que atenda aos interesses dos milhões de pequenos produtores

res em lugar desta política que protege os grandes e ajuda a esmagar os pequenos e a concentra a produção e a terra em grandes empresas e latifúndios improdutivos, então estarão desarmados e enfrentarão a resistência dos líderes da Frente Ampla Agropecuária.

Isso é o que vem denunciando a Contag e as federações e sindicatos de trabalhadores rurais. Chegaram a divulgar uma nota nos jornais no dia 9 de março alertando para esse problema. A Contag, em sua reunião de 31 de janeiro, em Brasília preparou um documento para os parlamentares constituintes com suas propostas. Entre elas, além da reforma agrária antilatifundiária, tratam da política agrícola:

“Que seja assegurado por norma constitucional que a Política Agrícola deve atender prioritariamente aos interesses dos pequenos agricultores, voltada para a produção de alimentos, para o abastecimento do mercado interno, assegurados, entre outros, crédito, seguro agrícola, preços justos, assistência técnica, insumos, garantias de comercialização”. As entidades de trabalhadores rurais estão conscientizando os pequenos e médios produtores para essa realidade e em alguns lugares o movimento de agricultores teve uma direção mais legítima como foi o caso de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, em algumas cidades de SC, PR e SP. (Gilda Santos - do Núcleo de Estudos da Questão Agrária do CEPS)

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A presença do militarismo

Segundo a teoria da segurança nacional, tão apreciada pelos generais, está em curso uma guerra política e ideológica em que o inimigo, ao invés de atacar do exterior, é interno. Em função disto, as Forças Armadas se arvoram da função de defender a ordem, contra a subversão. Baseadas nestes conceitos é que as tropas de fuzileiros navais e destacamentos do Exército invadiram os portos e refinarias nos últimos dias - os inimigos eram os marítimos e petroleiros em greve.

TUTELA VEM DE LONGE

A tutela dos militares sobre o governo e as instituições é um fenômeno que vem desde a proclamação da República. É uma consequência da incapacidade das classes dominantes enfrentarem os problemas cruciais do país. Devido ao desenvolvimento deformado da economia - em função da dependência ao capital estrangeiro e a sobrevivência do latifúndio principalmente - os conflitos sociais são muito agudos e as instituições construídas pela burguesia são frágeis e instáveis. Nestas condições, os donos do poder não se sentem seguros para tolerar as menores manifestações democráticas - entre elas o direito elementar dos trabalhadores cruzarem os braços na luta por reivindicações salariais e trabalhistas - e recorrem sistematicamente ao braço armado para silenciar o povo.

A intromissão militar na vida pública se tornou ainda mais grave após o golpe militar de 1964. Em 21 anos de governos dos generais, o Estado sofreu transformações acentuadas, concentrando absurdamente o poder político no Executivo e o controle das Forças Armadas sobre este poder central.

CASTA PRIVILEGIADA

Depois da derrota da ditadura, as mudanças não passaram da superfície. A máquina de opressão que assegura a tutela dos generais sobre as instituições não foi afetada. Basta notar que o Brasil continua com seis ministros militares e que, "assessorando" o presidente da República, continua agindo o Conselho de Segurança Nacional, dominado pelos militares. O resultado é este que estamos assistindo, com tanques e canhões sendo empregados para conter movimentos trabalhistas.

É este direito de reprimir as lutas do povo, e de se intrometerem em todos assuntos da vida nacional, que os militares pretendem perpetuar quando recusam-se a admitir que a Constituinte modifique o papel das Forças Armadas na nova Carta Magna. O militarismo coloca os generais como juizes supremos da nação e trata as Forças Armadas como uma casta acima dos mortais, inatacável, todo-poderosa. A tal ponto que elementos perigosos, criminosos em ações de lesa-humanidade, como o coronel Brilhante Ustra, são encarregados de escrever livros para defender os torturadores e estão em vias de serem promovidos a general.

TAREFA INADIÁVEL

No sistema capitalista, não se pode ter a ilusão de prescindir das Forças Armadas. Mas estas não se confundem com o militarismo. É perfeitamente possível, e absolutamente necessário, eliminar o militarismo e destinar as Forças Armadas ao seu papel institucional de defensoras da pátria e de organização obediente ao poder constituído.

Têm razão os comunistas quando, em suas teses para a Constituinte, defendem que "as Forças Armadas têm por função a defesa da pátria contra a agressão externa", que "não poderão intervir na vida política do país" e que "é negado às Forças Armadas agir como polícia, não podendo ser empregadas para resolver pendências políticas nem para reprimir o povo e suas manifestações".

(Rogério Lustosa).

DE OLHO NO LANCE

"Imparcialidade"

A imprensa burguesa esmera-se em aparecer como imparcial. Mas em certas ocasiões não pode esconder o seu comprometimento com o patronato. Um flagrante disto é o editorial da "Folha de S. Paulo" do último dia 6 de março.

O editorialista começa condenando, igualmente, a paralisação dos marítimos e o blecaute dos donos de postos de gasolina. Alega que são serviços essenciais, que não podem sofrer interrupção. Mas quando trata das providências, não pode evitar sua marca de classe.

Em relação aos empresários dos postos de gasolina, diz que "causa estranheza" o fato do governo ainda não ter atendido as solicitações de aumento das margens de lucro. Já em relação à greve dos marítimos, a reclamação é de outra natureza: mostra que a greve foi decretada ilegal (queixa-se de que isto demorou a acontecer) e argumenta que "as liberdades civis, que aos poucos vão sendo conquistadas (...), não devem ser tomadas como justificativa para a permissividade sindical".

Em outras palavras: para os patrões, conceder maiores lucros; para os trabalhadores, apertar e, em nome certamente da defesa da estabilidade econômica, manter o arrocho salarial.

Assim como é próprio de políticos burgueses vomitar promessas sempre desmentidas pela vida real, também é característico das classes dominantes confundir seus próprios interesses com os de toda a sociedade, apresentando-os ao público como tal.

Na mensagem ao Congresso, o senhor presidente enumera como "compromissos" de seu governo algumas metas que assemelham-se às reivindicações e anseios levantados com energia por milhões de brasileiros nas grandes jornadas democráticas ocorridas ao longo dos últimos anos.

Um exemplo é o resumo que ele mesmo fez desses "compromissos assumidos pela Nova República desde o início do meu governo: rejeição à recessão como meio de combate à inflação; combate à pobreza e maior distribuição da renda; postura independente e responsável na negociação da dívida externa".

Mesmo o curto período de existência do novo regime é interpretado como tempo de "realizações" e de uma grande reviravolta. Teriam sido provocadas mudanças sensíveis ou pelo menos assentada as bases para alterações de vulto na sociedade, que certamente apenas o povo - em sua infinita ignorância - não sentiu.

Faz-se referência inclusive a um "novo modelo de desenvolvimento". E a palavra mágica, a marca registrada do projeto, é "crescimento econômico". Lembra um filme antigo, mas talvez por mera coincidência.

No capitalismo o desemprego é a cada dia maior

Um dos propósitos que merece atenciosa análise é o de eliminação do desemprego. Afinal, a luta pelo pleno emprego é uma das grandes bandeiras dos trabalhadores, especialmente nos dias atuais.

O presidente cita, com orgulho, estatísticas acerca do crescimento da oferta de emprego no país e promete trabalhar para que este processo não seja interrompido. É fato que vem se observando uma diminuição da taxa de desemprego nos dois últimos anos, mas não basta constatar isto.

É igualmente importante conhecer a causa do fenômeno e indagar se é ou não uma tendência permanente. Quanto à causa, é evidente: a relativa recuperação da economia e especialmente pela característica em que ocorreu - basicamente através da maior utilização da capacidade instalada.

Nada garante que o processo tenha continuidade, sequer a curto prazo. As modificações de rota na política econômica, particularmente após o Cruzado 2, apontam em sentido oposto. A última pesquisa do IBGE indica uma elevação exagerada de 85,7% na taxa de desemprego em janeiro deste ano sobre dezembro de 1986.

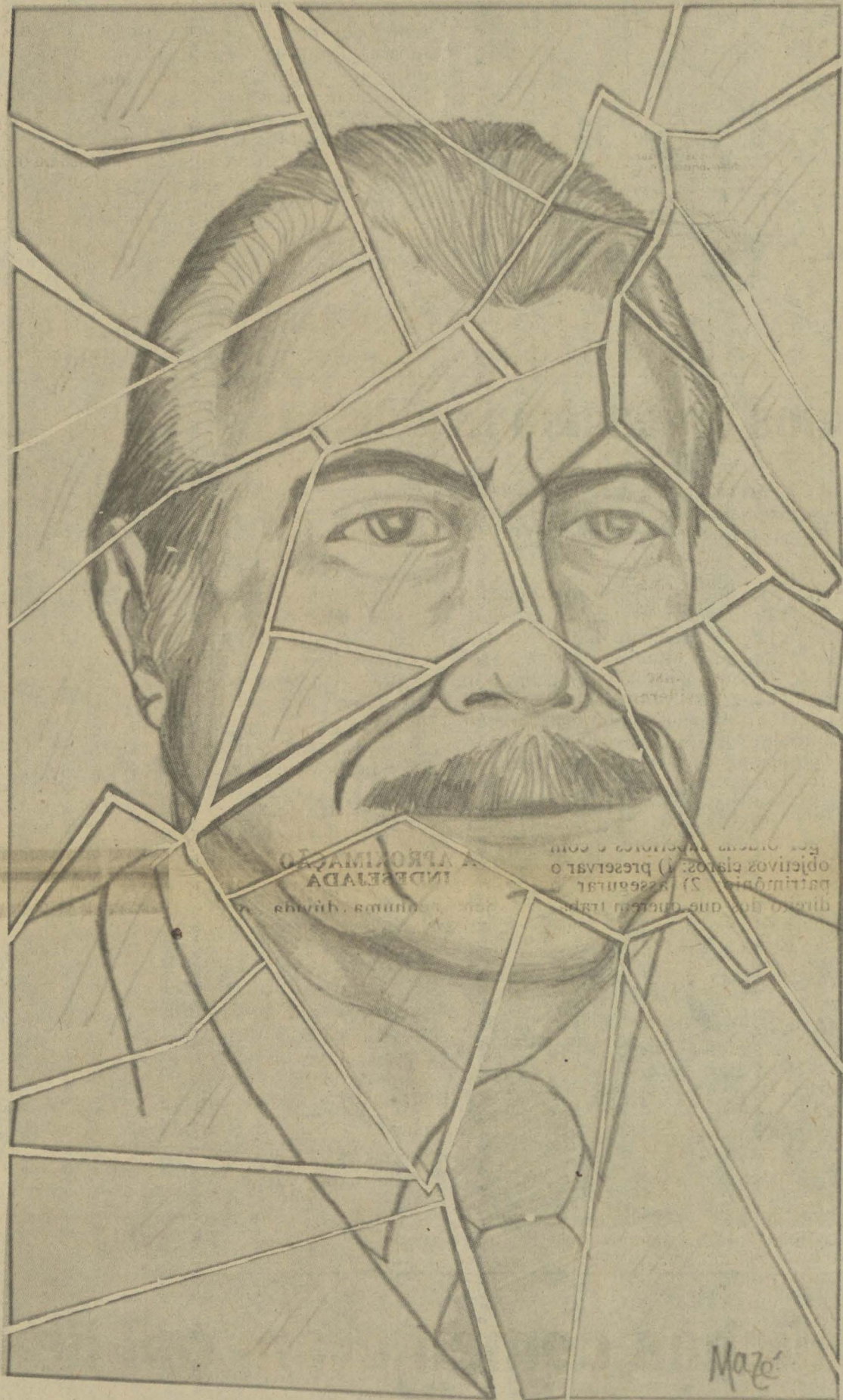
Não se pode ignorar que o crescimento da oferta de emprego não significou a eliminação do desemprego, que é ainda grande tanto em termos absolutos quanto relativos: somente na Grande São Paulo, envolvia, no trimestre compreendido entre novembro e janeiro últimos, 533 mil trabalhadores, representando 7,3% da população economicamente ativa, segundo as últimas pesquisas do Dieese.

É o próprio Sarney quem cita dados levantados pelo IBGE indicando que a taxa de desemprego no país, medida pela proporção da população economicamente ativa com renda inferior a um salário mínimo, era no final do ano passado de 18%.

É incorreto imaginar que o crescimento econômico, por si só, traduz-se sempre em aumento da oferta de emprego, sobretudo em ritmo idêntico ou superior ao crescimento da força de trabalho. Ao contrário, o desemprego não só é uma doença congênita do capitalismo como também cresce junto com a expansão do sis-

A miséria que a burguesia está nos propondo

Na mensagem que enviou ao Congresso Nacional por ocasião da reabertura do órgão no dia 1º, o presidente José Sarney fez uma longa exposição sobre os objetivos do seu governo e da Nova República. Na verdade o documento traduz, em linhas gerais, o projeto de sociedade da grande burguesia brasileira. Confrontado com as potencialidades e necessidades do nosso povo, é um retrato da impotência e decadência histórica da classe que hoje detém a hegemonia do poder político no país.



tema. Nos períodos de crise e recessão, é certo que o mal torna-se mais agudo e insuportável, parece, portanto, mais perverso. Mas é igualmente inevitável que o número absoluto e relativo de desempregados aumente com o desenvolvimento capitalista, onde as inovações tecnológicas são acompanhadas inapelavelmente por demissões em massa. Para observar a atuação desta lei basta dar uma olhada na evolução do fenômeno nos Estados Unidos, Europa ou mesmo no Brasil.

Desta forma, a declaração de Sarney - de que "a eliminação da miséria e dos mecanismos de reprodução da pobreza exigem a ampliação das oportunidades de emprego em ritmo superior ao crescimento da força de trabalho" - expressa não só uma obviedade, mas acima de tudo uma intenção que não se concretizará jamais nos marcos do regime burguês.

No mesmo parágrafo, o presidente assegura também que o enfrentamento da miséria no país requer "profunda alteração no atual quadro de remunerações, que discrimina especialmente o trabalhador não qualificado". Ou seja, aumento salarial. É o mais que óbvio.

Contudo, o que vem ocorrendo com os salários em

dias de Nova República? A verdade é que eles encontram-se, em termos reais, nos seus piores níveis históricos, constituindo uma dramática demonstração do empobrecimento a que o povo brasileiro vem sendo submetido.

E, embora fale em assegurar o miserável poder aquisitivo dos salários, na prática o governo procura impor um arrocho maior: manipulou e alterou pelos menos quatro vezes os índices que servem de base ao reajuste das remunerações trabalhistas; expurgou do índice os aumentos decorrentes dos "empréstimos compulsórios" sobre gasolina, álcool, automóveis; aumento do Imposto de Renda da pessoa física; agora promove todo tipo de manobras para acabar com a escala móvel.

O senhor presidente também diz que "a opção por um novo modelo de desenvolvimento econômico, socialmente mais justo, não permite que se recorra mais aos mecanismos inflacionários como fonte de financiamento". Ora, ora - o que aconteceu após o Cruzado 2 e o chamado realinhamento de preços? Conforme os cálculos do Dieese, somente nos meses de novembro e dezembro de 1986, os salários perderam 12% do poder aquisitivo devido à alta do

custo de vida.

Ainda um bom sinal de como nossos burgueses encaram as reivindicações trabalhistas por melhores salários foi a recente intervenção da Marinha de Guerra e do Exército na greves dos marítimos e petroleiros.

Aguardemos pois, e oremos. Sempre sobram no ar promessas de que no futuro as coisas tendem a melhorar. "Nenhum transtorno temporário impedirá que a sociedade ingresse no século XXI ombreada com as nações mais desenvolvidas, garantindo a todos os brasileiros os padrões de vida dignos e meios para o pleno exercício de seus direitos e soberania". É o que Sarney nos proclama. Ai o grande remédio é "crescimento econômico".

O crescimento não garante uma vida mais feliz

Crescer o bolo, na visão da grande burguesia brasileira é o meio que, automaticamente, milagrosamente possibilitará a redistribuição da renda, redução do nível de miséria. Enfim, a garantia de uma sociedade "próspera e dinâmica", apoiada sobre bases sociais mais justas".

Tal apologia é de uma ingenuidade a toda prova. Embora o crescimento não seja de todo indiferente às condições de vida, salários e emprego dos trabalhadores, não há dúvidas que, dentro deste sistema, ele é antes de tudo crescimento capitalista, o crescimento dos negócios da grande burguesia, que não ocorre em benefício dos operários. Ilustra bem isto o período do "milagre econômico" em que a economia do país experimentou os seus mais altos índices históricos de crescimento. O bolo engordou muito, mas, bem ao contrário, os salários continuaram emagrecendo.

Entretanto, o governo, além de insinuar o contrário, garante que o crescimento da economia será um processo ininterrupto. "Não permitiremos, jamais, a recessão", diz Sarney. Outra empulhação. Desde que o capitalismo é capitalismo sua vida se dá por ciclos contraditórios, de expansão e contração. Não será pelo simples desejo dos próceres da Nova República que o sistema vai alterar seu modo de vida, sua rotina.

Há ainda uma outra coisa. Hoje, a evolução do capitalismo, inclusive e especialmente o brasileiro, não se dá dentro dos limites nacionais. Liga-se, por vários laços de família, ao capitalismo mundial, sofrendo, portanto, as consequências das alterações que se verificam em outros países. E aqui cabe um destaque para a dívida externa.

A burguesia já não tem nada para oferecer

O governo reconhece que o endividamento é um fator limitativo de suas pretensões, já que come uma boa parcela dos lucros produzidos internamente. É o senhor presidente quem diz: "A dívida externa, não há dúvida, ainda permanece como o principal condicionante do crescimento econômico do Brasil, em decorrência da rigidez que tem caracterizado as transferências sob a forma de juros e encargos".

Assim, até mesmo para manter modestas taxas de crescimento, nossas autoridades são forçadas a mendigar pelo mundo afora um pouco mais do que chamam "poupança externa" (mas, que, no caso, é produzido aqui dentro pelos operários). São também prevenidas, pois enquanto os banqueiros não manifestam maior caridade, tratam de arrochar salários, aumentar preços, confiscar renda das camadas médias, para elevar a taxa de lucros (ou, se preferirem, a poupança) e assim garantir a expansão do capital. Dizem que é para o bem do Brasil e, sem pudor, consideram que estão adotando "postura independente e responsável na negociação da dívida externa".

Não há porque discutir as intenções dos governantes e idealizadores da Nova República. Coisas como o combate à pobreza (particularmente numa sociedade tão flagrantemente miserável como a nossa) e pequenas reformas não são, em tese, estranhos ao pensamento burguês. A burguesia sonha com a perenidade do seu poder, daria tudo (desde que não se mexesse nos seus lucros) para possuir um reino estável. A miséria, neste caso, não é boa conselheira. Mas não se trata de julgar intenções, a realidade é às vezes implacável com elas.

A verdade é que, enquanto classe, a burguesia não tem mais nada a oferecer, mesmo as falgas que promete soam misérrimas e demagógicas, absolutamente insuficientes para acalmar os nervos dos aflitos. Especialmente num quadro como o nosso, onde a burguesia brasileira somam-se as forças imperialistas e o latifúndio, o regime só pode assegurar a miséria, cada vez maior.

(Umberto Martins)

Fundação Maurício Grabois

Famílias ocupam lotes em S.Paulo

Durante a semana de carnaval ocorreram duas grandes "invasões" de terrenos vazios na grande São Paulo: uma no município de Osasco e outra em Guaianazes, na Zona Leste da capital. Estas ocupações têm crescido de intensidade e estão sendo feitas por famílias de trabalhadores que não conseguem suportar os altos preços dos aluguéis.

Não foi casual que a ocupação de vários lotes vazios ocorresse em Guaianazes, entre os municípios de São Paulo e Ferraz de Vasconcelos. É uma das regiões mais carentes da capital e o local fica em frente à Vila I^o de Outubro, uma ocupação bem sucedida ocorrida em 1982, onde hoje vivem cerca de 3.500 famílias. Moradores que já não tinham mais condições de pagar aluguéis se reuniram algumas vezes e decidiram ocupar os terrenos vazios no Jardim Lourdes, ao lado da avenida Dom João Néri, na noite de sexta-feira, 27 de fevereiro.

FORÇA DA UNIÃO

Inicialmente eram umas 200 famílias, mas foram aparecendo novos ocupantes e no final do quinto dia cerca de mil lotes já haviam sido distribuídos. No sábado à noite se realizou a primeira reunião no terreno ocupado, de onde foi tirada uma comissão de dez pessoas para dirigir os trabalhos. Cada família teria direito a um lote de 6 por 20 metros. Armando Silva, presidente da União dos Moradores da Vila I^o de Outubro e um firme apoiador dos ocupantes, explica porque se exigia a carteira profissional e um recibo de aluguel para ter acesso a um lote: "Prá nós não é correto quem já tem casa vir para cá".

A união é a principal arma dos

moradores, em sua maioria operários. A polícia, no início, ameaçou prender algumas lideranças, mas quando apareceu uma multidão armada de foices, picaretas e facões, ela recuou. A orientação dada a quem estava na terra era iniciar a construção da moradia o mais rápido possível, em esquema de mutirão. Na limpeza do terreno foram mortas várias cobras. Zélia Soares da Silva cresceu naquele local e diz que ali tinha virado esconderijo de ladrão. "Os donos não construíram nada durante este tempo todo", acrescenta ela.

José Alves dos Santos trabalha numa fábrica de papel e argumenta porque tem direito de levantar sua moradia naquele local: "O dono não tem precisão e nós temos". Ele mora com os pais e irmãos - 12 pessoas no total - num pequeno cômodo. "O que eu ganho só dá prá comer", desabafa.

Todos trabalham com afínco para levantar o seu abrigo. Margarida Ramalho, 64 anos, perfura, agachada, um buraco no chão para cercar o lote onde sua filha pretende morar. Numa pequena pausa, ofegante, afirma esperançosa: "Se construir aqui melhora. O aluguel subiu demais e tá muito caro". O mineiro João Francisco Nazaré queima os galhos para limpar seu terreno, sob as vistas da mulher e filhos. Ele é pedreiro, paga Cz\$ 400 de aluguel por um barraco sem água e luz, conta: "Com meu salário não dá prá comer, manter seis filhos e pagar aluguel".

"NÃO ARREDAMOS NEM UM PALMO"

Maria Sabino de Souza, mãe de nove filhos, desempregada, fala que estava passando na rua e viu o pessoal ocupando o terreno e aderiu também por necessidade. "Eu e meu marido limpamos a terra com facão e ficamos aqui direto, porque se sair os outros tomam", diz ela. O cearense João Rodrigues fugiu da seca há 40 dias trabalha em São Paulo à espera do resto da família. Procurou casa e não encontrou por menos de Cz\$ 2.500 de aluguel. Ele trabalha de ajudante geral em Guarulhos, ganha Cz\$ 2.400 por mês, pega três conduções até o serviço e nesta situação ocupou um lote no Jardim Lourdes. João acredita que "se todo mundo permanecer reunido, consegue a posse do terreno".

A situação dos ocupantes ainda permanece indefinida. A Justiça até o momento não se pronunciou. Existe um esquema de segurança montado para impedir a ação da polícia na gleba. Elgito Boaventura, dirigente do PC do B em São Paulo é a principal liderança dos ocupantes e explica: "Nós não vamos atacar ninguém, mas se formos atacados não vamos nos retirar um palmo sequer. Chega do povo não ter casa e não ter o que comer".

(Domingos Abreu)

União da Juventude Socialista lançará jornal em março

A União da Juventude Socialista - UJS - está programando para o final deste mês o lançamento de seu jornal, com uma tiragem inicial de 20 mil exemplares. "Será um jornal dirigido ao conjunto da juventude, e não apenas aos integrantes da entidade", informa o coordenador geral da entidade, Apolinário Rebelo. Ele acrescenta que o novo órgão de imprensa trará artigos sobre política, serviço militar, rock, pagode, e, especialmente, um encarte com as resoluções do III Congresso Nacional da UJS, concluído em 22 de fevereiro, em Aracaju (Sergipe).

"Esse congresso foi muito importante para nós", conta Apolinário. "Teve a participação de 800 pessoas, vindas de todos os Estados do país. Durante quatro dias discutimos política, cultura, ensino e realizamos competições esportivas. O pessoal foi ganho para a organização, a estrutura, a ideia da UJS. Predominou o espírito de formar a entidade onde ela não exista, e consolidar e ampliar a UJS onde exista".

Apolinário acha que os jovens "amadureceram suas ideias, suas reivindicações. Podemos dizer que agora a UJS tem uma plataforma clara sobre as principais questões que afetam os jovens, e dá passos para consolidar-se enquanto entidade. Nos debates, mais de 60 pessoas chegavam a se inscrever para tratar dos temas em pauta. As discussões foram profundas, e se refletiram nas resoluções do congresso".

EXIGÊNCIAS DOS JOVENS

As principais reivindicações assumidas pela UJS são: voto aos 16 anos; proibição de trabalho aos menores de 14 anos; creches; assistência à saúde, educação, esporte e lazer assegurados pelo Estado; jornada de trabalho de seis horas para estudantes; preservação da flora e fauna; opcionalidade do serviço militar, estendido também às mulheres; proteção à infância; proibição do plantio, colheita, venda, exposição, exportação e importação ou industrialização de substâncias que causem dependência física ou psicológica; criação de áreas para a prática esportiva em todas as cidades com mais de 1 mil habitantes; criação de teatros, cinemas, bibliotecas e museus em todas as cidades com mais de 5 mil habitantes; seguro-maternidade, pelo Estado, para as mães menores de 18 anos.

"Para encaminhar essas lutas, a UJS entrará em contato com entidades juvenis, profissionais, estudantes e com parlamentares, realizando debates, campanhas e mobilizações, procurando concretizar essas metas e ver atendidas as principais reivindicações da juventude brasileira", finaliza Apolinário Rebelo.

Demissão de grevistas do porto de Santos provoca protestos

Com base na Lei de Greve o presidente da Codesp, Hélio Nascimento, demitiu 47 portuários de Santos dia 20 de fevereiro, no quarto dia da paralisação. Um dia antes o Sindicato foi obrigado a pagar uma multa de 10 mil cruzados por ter mantido a greve por mais um dia, apesar dela ter sido julgada ilegal. Em virtude desta atitude fascista da empresa que administra o porto de Santos, em assembléia, os operários decidiram retornar ao trabalho, acumulando forças para a campanha salarial de maio.

A Câmara dos Vereadores de Santos aprovou moção exigindo a reintegração dos demitidos e, acusando o Ministério dos Transportes de cercear o direito de greve e fugir ao programa do PMDB. Os diretórios do PC do B, PT e PDT lançaram notas na imprensa repudiando a atitude da Codesp e exigindo a reintegração dos demitidos. O deputado operário constituinte do PC do B, Edmilson Valentim, fez um pronunciamento no Congresso contra esta arbitrariedade. A Unidade Sindical, que congrega todos os sindicatos da baixada santista está se mobilizando em solidariedade aos atingidos pelas demissões.

(da sucursal)

Bloco "Panela Vazia" de Salvador vence cantando a Dívida

Cantando o tema "Dívida externa - tem que suspender pra valer", o bloco carnavalesco "Panela Vazia", com 2.500 integrantes, foi o campeão na categoria dos blocos de percussão e sopro, em Salvador. A atualidade do tema escolhido contagiou os foliões que facilmente aprenderam a cantar o refrão: "Oh Sarney, eu pensava que era direito mas me enganei" e terminavam gritando um sonoro "Não ao pagamento - esta dívida externa tem que suspender pra valer".

Este foi o sexto ano do "Panela Vazia", que sempre sai às ruas com um tema político atual, mostrando que "o povo brinca - mas com o povo não se brinca", lema do bloco. Nos diversos estandartes levados pelos integrantes, o "Panela" também satirizou o Plano Cruzado I e II, a sujeira de Salvador, a não efetivação da reforma agrária, a prepotência do ministro das Comunicações - "Toninho Malvadeza" -, e a questão da soberania da Constituinte. Uma característica do bloco é a participação de pessoas de todas as categorias sociais, do mais humilde trabalhador a intelectuais e políticos, como exemplo dos deputados federais Haroldo Lima e Lídice da Mata, ambos do PC do B.

(da sucursal)



Despejos ameaçam inquilinos

A situação dos milhões de inquilinos do país está ficando a cada dia que passa mais dramática. A partir de março os aluguéis tiveram um reajuste de 70,68% e os despejos recomeçaram - estavam interrompidos desde setembro do ano passado devido à chamada Lei Brossard. Não se vê perspectivas de solução a curto prazo, pois existe um déficit de 10 milhões de moradias e o financiamento para habitação popular está em declínio. Em 1985 foram financiadas pelo BNH

360 mil unidades residenciais, enquanto que nos dez primeiros meses de 1986 esse número foi de apenas 77 mil.

Os que vivem em imóvel alugado não dormem tranquilos, pois a qualquer momento podem acordar com uma notificação de processo de despejo nas mãos. Segundo o advogado do Movimento dos Sem Casa, Vicente Roig, "os proprietários vão sempre estar interessados em despejar os inquilinos. Para ele

é vantagem que exista uma maior rotatividade possível, pois o candidato a inquilino não é protegido pela lei. Existe muito imóvel para alugar, mas por preços altíssimos".

NÚMEROS ALARMANTES

Os números confirmam as afirmações do advogado Roig. Em São Paulo, por exemplo, foram ajuizadas mais de 20 mil ações de despejo em 1986, sendo que em 85 este total ficou em torno de 2.900. Em todas as outras grandes cidades a situação é semelhante. No Rio de Janeiro 17.614 ações de despejo deram entrada no Fórum da cidade no ano passado. Em Belo Horizonte estes números saltaram de 1.125 em 1985 para 5.099 em 1986.

Mas de acordo com Vicente Roig, o grosso dos despejos ocorre sem que o caso vá até à Justiça, principalmente na periferia, devido às pressões das imobiliárias e proprietários. O presidente do Procon de Minas Gerais denunciou recentemente a ação de imobiliárias inescrupulosas que burlam a lei e pressionam violentamente o inquilino até ter o imóvel de volta para ser alugado por um preço muito maior.



Os moradores vão às ruas para garantir o direito à moradia

25 mil gaúchas comemoram o 8 de Março

O dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, foi comemorado este ano de norte a sul do país. O destaque foi o caráter unitário destas comemorações, que reuniram as forças políticas em torno de uma plataforma: a luta pelos direitos da mulher - que desejam ver refletidos na nova Constituição - e contra o controle da natalidade. A maior manifestação foi em Porto Alegre, reunindo 25 mil trabalhadoras rurais.

Cerca de 25 mil trabalhadoras rurais, vindas de 230 municípios do Rio Grande do Sul, deram uma demonstração de força e organização no dia 8 de Março, lotando o ginásio Gigantinho, em Porto Alegre. Este 2º Encontro Estadual das Trabalhadoras Rurais foi organizado pelo movimento sindical e pela Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura. As trabalhadoras rurais reivindicam o cumprimento da legislação, reconhecendo claramente a mulher rural como trabalhadora; o direito a se tornarem sócias de cooperativas, com matrícula própria em família; o direito à sindicalização e organização

"O que esta taitando para sermos reconhecidas como trabalhadoras rurais? Será que falta trabalharmos além das 16 horas que hoje já fazemos? Quando fizemos a renovação do título eleitoral muitos juizes não permitiram que colocássemos em nossos títulos a nossa profissão. O que está faltando?". Este foi um dos mais empolgantes pronunciamentos feitos por uma camponesa de Torres, Irma Vielande, de 35 anos, relatou



O ginásio Gigantinho, em Porto Alegre, ficou lotado com as trabalhadoras rurais que vieram de todo o Estado

como é sua vida na roça: "Acordo antes das 5 horas da manhã. Tiro leite da vaca, cuja venda vai reverter para o sustento da família durante o mês. Depois vou para a roça plantar milho, soja e mandioca. Volto às 12 horas, faço almoço, cuido da casa e antes das 15 horas já estou de volta na roça. No fim da tarde largo a enxada para pegar no pano da louça, vassoura, tanque e tirar leite de vaca, cuidar dos filhos e uma infinidade de tarefas que só vai acabar

às 23 horas. Minha única excessão é aos domingos".

OUTROS ESTADOS

Em Fortaleza, cerca de mil mulheres se reuniram na Faculdade de Direito, num ato unitário que contou com a participação da Federação dos Bairros, CGT, CUT. Em São Paulo, desafiando a proibição do prefeito Jânio Quadros, cerca de 200 mulheres se reuniram na Praça da Sé, com a presença de partidos

políticos e movimentos femininos. A CUT também promoveu um ato no Paço Municipal de São Bernardo para marcar a data. Em Santo André cerca de 100 mulheres que estão organizando uma entidade autônoma se reuniram e foram levar uma carta ao prefeito exigindo postos de saúde, delegacia da mulher e creche para seus filhos.

(da sucursal de Porto Alegre e Olívia Rangel)

Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

Voltamos a dedicar esta edição do *Fala o Povo* ao debate em torno do novo projeto da *Tribuna Operária*. Já é uma decisão da redação reformular o conteúdo e a forma de apresentação das reportagens e o aspecto gráfico da *TO*. Estamos recebendo contribuições de leitores de todo o país e neste número publicamos três cartas. Apesar de divergirem em alguns pontos, como vocês verão, têm um objetivo comum: fortalecer a imprensa



fala o POVO

operária e popular. Infelizmente não temos espaço para publicá-las na íntegra, mas pedimos a compreensão de todos os nossos amigos e apresentamos seus aspectos principais. Esperamos a sua opinião. Escrevam-nos!

Propomos um estilo solto, sem chavões

Apresento nesta carta uma breve análise e sugestões para uma reformulação da *Tribuna Operária*:

1. Denominação do periódico

Propomos a busca de um nome moderno, com vaga ou nenhuma alusão aos propósitos da publicação e ao seu público-alvo. É conceito ultrapassado de que um título explícito favoreça a divulgação no segmento de público desejado. É excludente. Barra o acesso de um público indefinido, que pode ser cativado. Não é o título, mas sim o teor da publicação que provoca receptividade nos meios sensíveis às suas mensagens (...)

2. Titulação e estilo de redação

A maior parte da chamada grande imprensa usa títulos inspirados no estilo dos antigos despachos telegráficos, resumindo friamente e impessoalmente a essência das notícias. (...) A formulação dos títulos deve ser outra: instigante, especulativa, criativa.

Ainda mais no caso da *TO*, onde a maioria das matérias é constituída de denúncias, torna-se necessário criar títulos que introduzam ao assunto e não que resumam os fatos explorados nas matérias. Uma sequência de títulos-denúncia pode esgotar, em questão de segundo, o interesse do leitor, além de tingir de tom programático toda a edição, afastando leitores desconfiados. (...)

Entendemos que deva-se abandonar qualquer retórica. Coisas sérias não precisam ser ditas de cátedra. Conceitos ideológicos e até axiomas filosóficos podem ser vertidos em formas planas, até coloquiais. Recomendamos um estilo solto, uma linguagem transferida do cotidiano, livre de chavões. (...) Convicente é o que é plenamente compreendido.

3. Abrangência cultural

Todos nós sabemos que não é somente através da discussão de problemas políticos e econômicos que se chega à consciência da justiça social. Todas as atividades humanas estão impregnadas de polêmicas aspectos sociais. Assim, entendemos que a *TO* deva abrir espaço para noticiar e interpretar também fatos científicos, artísticos, esportivos...

Com relação às artes, temos uma sugestão específica a fazer, que seria a de abrir uma seção com as seguintes características:

- Divulgar - reproduzindo ou condensando, conforme a natureza da obra - criações de marcante conteúdo social, de épocas passadas ou contemporâneas.
- Fornecer um perfil dos autores, suas origens, meio e contexto social no qual e para o qual foram criadas as obras.

4. Ilustrações

Propomos:

- Inclusão de charges, especialmente as de tipo "em quadrinhos", que permitem denunciar e ironizar reacionarismos e desmandos.
- Inclusão de fotos insólitas de personagens atacadas. Nada como flashes de situações ambíguas ou ridículas para derrubar a áurea de um figurão

A opção para o formato tabloide se faz necessária. É a fórmula da publicação de média duração entre o diário descartável e a revista de maior permanência.

- Impressão preto e branco. A inclusão de uma cor configura jornais sensacionalistas ou *house-organs* bem comportados, nunca uma publicação de bom conteúdo.

- Diagramação disparadamente moderna. O vigor gráfico atrai, diferencia, provoca a leitura e sugere uma permanente postura revolucionária

(Um amigo de Pernambuco)



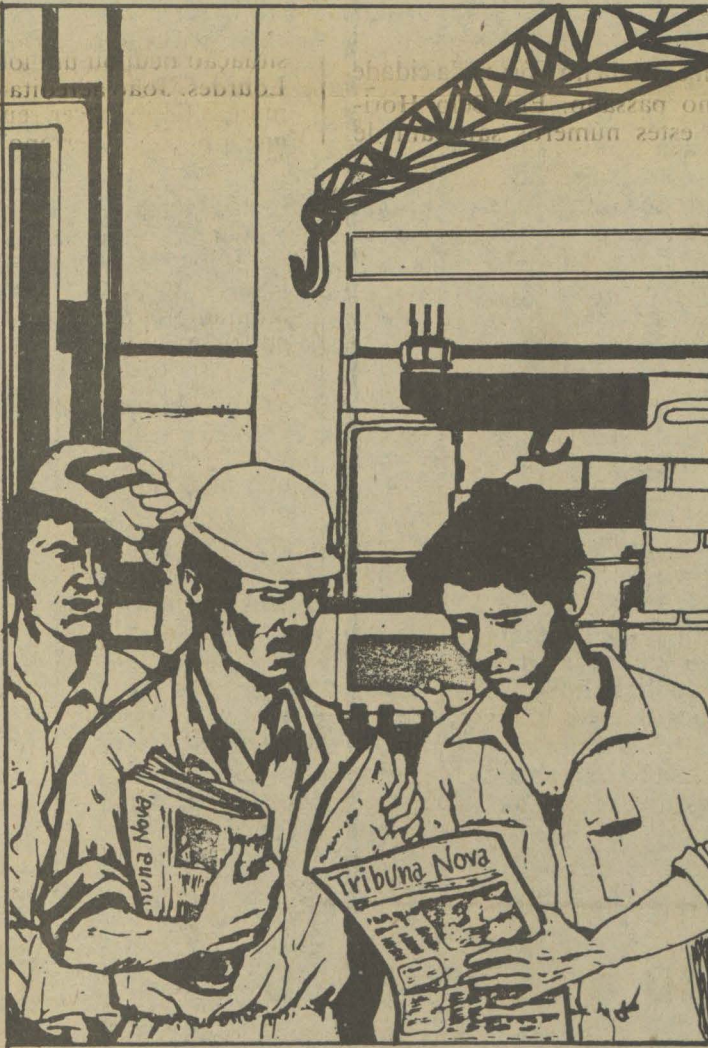
Destacar mais a área Internacional

Tendo em vista a nova fase do jornal *TO*, a ser implantado dentro em breve, sugiro que o nome permaneça como *Tribuna da Luta Operária*, acrescentando "NOVA FASE". Esta sugestão se justifica em função do *TO* ter se tornado já uma tradição para todos os operários brasileiros.

Minha outra contribuição é no sentido de manter como "Fala o Povo" o nome da seção de cartas do novo jornal, ampliada para mais uma página e neste caso devendo ser tomado o cuidado para não haver cortes.

Por fim, quero dizer que a seção internacional deve ocupar um lugar de destaque no projeto. Como se pensa em fazer um jornal de 20 páginas, a parte internacional deverá ocupar, pelo menos, 3 páginas, com informações e comentários.

(Antônio da Silva Ortega, São Paulo)



Nova 'TO': com denúncias firmes e corajosas!

Contribuir para o debate da nova *Tribuna*. Com este objetivo um grupo de tribuneiros se reuniu em Campinas no mês de fevereiro. Algumas críticas e propostas serão expostas nesta carta.

Inicialmente se avaliou como bastante oportuno este debate, afinal a *Tribuna* não satisfaz mais os propósitos de lançamento (...)

Verificou-se também mudanças de qualidade que o jornal vem obtendo, principalmente nas edições deste ano. Matérias e/ou artigos que retratam a realidade têm aparecido com frequência no *Tribuna*, coisa que antes não acontecia com tanta assiduidade.

Em primeiro lugar é fundamental definir aonde se pretende chegar com o jornal. Ahamos que um órgão de imprensa que pretenda atingir milhares e talvez até milhões, precisa ter estampada suas páginas nas bancas de jornais, além de uma política sistemática de vendas de assinaturas. Afinal o jornal tem que atingir os jovens, operários, mulheres, estudantes, profissionais liberais e também os intelectuais de visão progressista. Somente a venda dos núcleos não garante este leque maior que a *Tribuna* deve ter (...)

Contando com o apoio precioso dos colaboradores que deverão fazer mutirões organizados de vendas do jornal, além da venda em bancas, o *Tribuna* deve conter, em nossa opinião, artigos que analisem mais profundamente, sem cair no teorismo, os diversos acontecimentos nacionais e internacionais (atuais), colocando claramente quem é quem na ordem do dia. Um jornal de denúncias, firme e corajoso (...)

Ahamos também que o jornal deve contar com mais colaboradores e que estes não precisem ser somente "tribuneiros", mas sim jornalistas, democratas, intelectuais, parlamentares ou pessoas do povo que contribuam para a vivacidade do semanário (...)

Ahamos também que a Constituinte, a exemplo do que vem ocorrendo, deve ser priorizada, com matérias e/ou opiniões que os grandes jornais não se reportam ou colocam em plano secundário, nesse aspecto é importante entrevistar parlamentares de diversos partidos, além de mostrar o panorama geral da mobilização do povo em todo país.

Avaliamos que cultura e esporte têm que estar presente de forma crítica e até mesmo ousada. Questões mais atuais e polêmicas devem estar contidas nessa parte do jornal.

Ao lado destas observações de conteúdo e de organização, discutimos também alguns aspectos visuais. Resolvemos dividir os vários itens para facilitar a compreensão.

1. Diagramação

A diagramação estabelece a harmonia que guia a apresentação do jornal e neste aspecto, avaliou-se que o *Tribuna* tem cumprido o seu papel, ou seja, um planejamento visual gráfico (ainda que com poucos recursos), que leva o leitor a discernir rapidamente aquilo que mais lhe interessa, afinal nem todos lêem todo o jornal. Em relação ao editorial na primeira página, consideramos correto.

2. Fotografia e Ilustração

Ainda que pese as dificuldades financeiras, afinal seria necessário a presença de vários fotógrafos a disposição da redação, a fotografia, indispensável nos dias atuais, tem sido um pouco relegada. A qualidade de impressão das fotos tem sido péssima, tão escuras ao ponto de num primeiro momento não se identificar o que está ali impresso,

como algumas fotos da edição 297 ou 300, sendo que nesta última, a quase totalidade das fotos se encontram nessa situação.

Ahamos também que na medida do possível, deve-se buscar fotos factuais e não só pessoais, como as vezes acontece. Grande avanço foi verificado nas matérias sobre as enchentes em São Paulo.

Em relação às ilustrações, a situação se complica. Sabemos que isso demanda estrutura, mas achamos que as vezes é melhor não colocar nada a estampar na primeira página por exemplo, ilustrações que prestigiem o jornal pela sua pouca originalidade ou mesmo esteticamente desqualificadas como na *TLO* n.º 300 com a ilustração do Mário Amato e do Sarney. Casos como esse sugerimos que se não houver condições de melhor ilustração, que se coloque somente a manchete (se possível com fotos).

3. Formato

A tradição em nossa sociedade no modelo "standard" foi um dos pontos-chave para discordarmos do formato tabloide. As pessoas em geral, (consultamos diversas sobre essa questão) estão bastante acostumadas a idéia de que o jornal é "standard" e que tabloide é suplemento ou jornalzinho de sindicato ou associação. Poderia se pegar o exemplo do "Le Monde" ou mais recentemente dos vários tabloides ingleses. No entanto, a realidade sócio-econômica-cultural desses países é bastante diferente da nossa.

4. Cor e Logotipo

O *Tribuna* deve ter uma marca, algo que o caracterize logo na primeira olhada, então a cor, em nossa opinião, deve ser uma só e não ficar se modificando toda semana. Optamos pela cor vermelha. Quanto ao logotipo, achamos que este deve estar intimamente relacionado com o nome do jornal. Um exemplo interessante é do "Retrato do Brasil".

Para incentivar a participação maior dos leitores e amigos, a *TLO* poderia promover um concurso de logotipo a nível nacional.

5. Outras observações

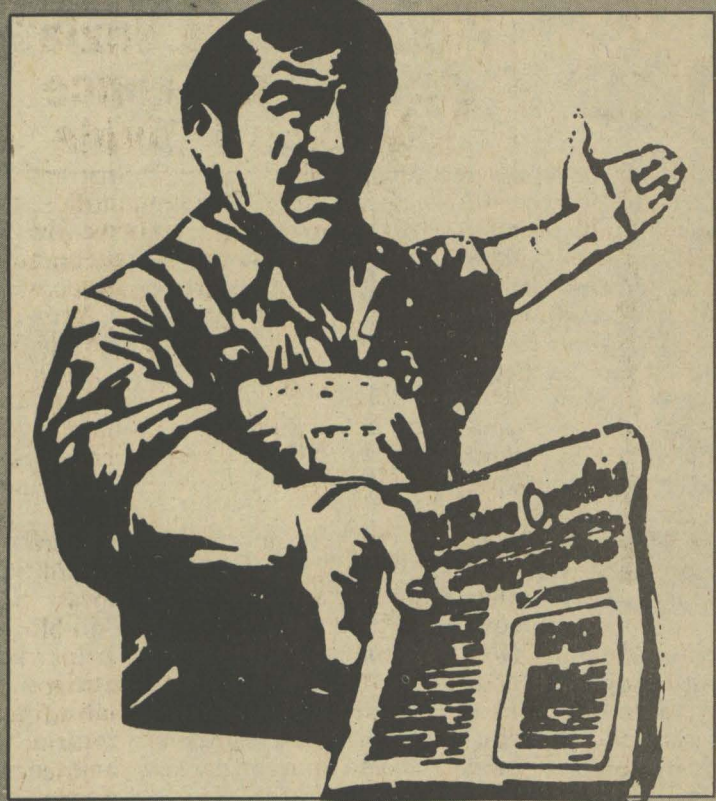
Somos totalmente contrários ao nome que se vem colocando: "Nova *Tribuna*". Principalmente por dois motivos. O primeiro é que a *Tribuna* (infelizmente) não é conhecida pela população, então como apresentar algo novo, diferente, modificado, que nem sequer "decolou"? Nova para quem?

O segundo motivo que nos leva a discordar do nome proposto é que este pode estabelecer uma relação direta com a Nova República, tão desacreditada pelo povo e ainda mais no momento que nos colocamos em oposição ao governo Sarney.

Levando-se em conta que parece haver um sentimento de não mudar totalmente o nome, o que aliás somos favoráveis, pensamos em duas sugestões: "A *Tribuna*" ou "*Tribuna Popular*" (...)

Outro ponto importante se refere a venda de assinaturas, afinal esta pode dar um certo "fôlego" para o jornal. Ahamos que uma grande campanha deve ser desenvolvida nesse sentido através do esquema de porcentagem, ou seja, um sistema um pouco mais profissional.

Iremos realizar também uma consulta com os tribuneiros e amigos da cidade sobre o novo nome do jornal e enviaremos até o dia 15 de março. **Marta Regina Maia** (jornalista), **Reginaldo Alberto Meloni** (estudante), **Augusto César Buonicore** (historiador), **Sergio Luiz Ramos** (arquiteto)



Faça cinco assinaturas da *Tribuna Operária* e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

Tribuna da Luta Operária

Semanário Nacional.

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

Anual (52 edições)	Cz\$ 500,00
Anual popular (52 edições)	Cz\$ 250,00
Semestral (26 edições)	Cz\$ 250,00
Semestral popular (26 edições)	Cz\$ 130,00
Anual para o exterior (dólares)	US\$ 70,00

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____ CEP: _____
Estado: _____
Profissão: _____
Data: _____

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Lt.
Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — S. Paulo.
CEP: 01318

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 0132133 TIOPR 4000. Paratitular: J. Floriano Peixoto, 208, 2º andar - sala 32 - CEP 69000. Conselho de Direção: Rogério Luchessa, Bernardo de Oliveira, Rangel, ACRE - Rio Branco: Edifício Felício, 2º andar - sala 32 - CEP 69000. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAPÁ - Manaus: R. Simão Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000. BAHIA - Camacari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetininga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44000. Paratitular: R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - CEP 41600. São Paulo: Edifício Venâncio, sala 312 - CEP 01302. Ceará - Fortaleza: R. Barão de Rio Branco, 1009 - Centro - CEP 60000. Rio de Janeiro - Floriano Peixoto, 208, 2º andar - sala 32 - CEP 69000. Maranhão - São Luís: R. do Fato, 76 - Centro - CEP 65000. Mato Grosso - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. Mato Grosso do Sul - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. Minas Gerais - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. Paraíba - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000. Pará - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100. Paraná - Curitiba: R. Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961 - CEP 80000. Londrina: R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. Piauí - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222.2044 - CEP 64000. Pernambuco - Cabo: R. Vigário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: R. Danias Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: R. do Sossago, 221, Boa Vista - CEP 50000. Rio Grande do Norte - Natal: R. Jundiaí, 420 - Cidade Alta - CEP 59000. Rio Grande do Sul - Porto Alegre: R. Miguel José Inácio, 687 - CEP 90000. Bento Gonçalves: R. Dr. da Cunha, 58 - CEP 95700. Canoas: R. Itaipetitinga, 30 - sala 405 - CEP 97010. Caxias do Sul: R. Bento Gonçalves, 2045 - CEP 95100. Ceará - Fortaleza: R. Barão de Rio Branco, 1009 - Centro - CEP 60000.

96015. Cachoeirinha: A. Flores da Cunha, 1235, sala 20aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: R. Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. Rio Grande: R. Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Jui: R. 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchessa, 23, 2º andar.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amador Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: R. Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: R. Ten. Avelar Carlos de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: R. Anísio Otiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José do Campo: R. Vilça, 195 - 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: R. Padre Celestino, 42, sala 8 - 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000. A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. - Composição, Past. e F. - Fone: 35.9238 - Impressão: C. da F. - Fone: 8184999 - São Paulo.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A longa resistência dos marítimos

Em greve desde 28 de fevereiro, os 40 mil tripulantes dos navios mercantes brasileiros enfrentam a violência da Marinha, a intransigência dos armadores e o boicote da grande imprensa. Mas mesmo encarcerados em seus próprios navios por fuzileiros navais eles resistem, e se transformam num valioso exemplo para todos os trabalhadores brasileiros.

Quem é impatriótico: nós ou o governo?

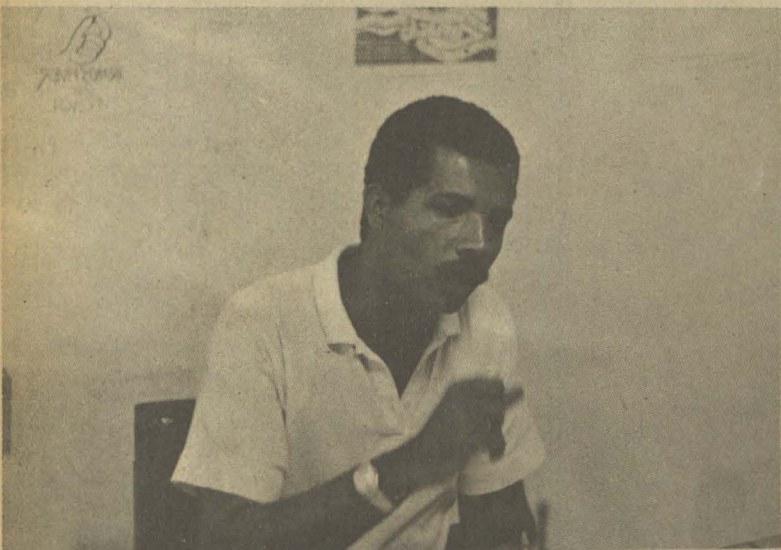
Um membro do Comando de Greve fala à tribuna sobre a categoria, sua luta e as pressões impostas pela Marinha

"A desgraça chegou a um ponto que os companheiros não agüentaram mais. O pessoal tirou a cangalha e falou: 'vamos à luta'". Jovem, com pouca experiência política, como faz questão de admitir, Orlando dos Santos nem por isso se intimidou quando o Sindicato Nacional dos Oficiais de Máquinas da Marinha Mercante, do qual é diretor e responsável pela sub-sede de Santos, o designou para representar o Comando de Greve no maior porto do país. Da pequena sala onde está instalado o sindicato, num prédio próximo ao cais do porto, ele transmite por rádio orientações periódicas - o "Boletim Sabiá" - para as tripulações que a Marinha mantém encarceradas nos navios, e ainda relata à imprensa, sempre com disposição e riqueza de detalhes, cada episódio do movimento que ajuda a dirigir.

Faz questão de se deter sobre o problema dos salários. "Um cozinheiro ganha Cz\$ 1.400 e um comandante, função à qual só se chega após vários cursos

em escolas especializadas, recebe Cz\$ 7.900. Por cada frete o armador (patrão) recebe trinta vezes o valor da folha de pagamento da tripulação".

Ameaçado de prisão na última quarta-feira pelo comandante do Porto de Santos, capitão de Mar e Guerra Sérgio Werneck, nem por isso Orlando dos Santos abandonou a sede do sindicato. Lembrou da "Operação Andorinha", que os marítimos têm pronta para neutralizar a ação militar: "Se os fuzileiros invadirem qualquer navio, vão encontrar, pronta e assinada, a carta de demissão de todos os tripulantes. Eles que assumam a responsabilidade". E ironizou as declarações dos comandantes militares, que tentaram jogar o povo contra a greve: "Impatriótico, o nosso movimento? Eu é que pergunto o que é impatriótico. É lutar por um salário decente ou adotar uma política que obriga o país a pagar bilhões de dólares de frete por ano aos transportadores estrangeiros?"



Orlando: "se um navio for ocupado, a turma se demite na hora"



Tripulantes do Rio Negro: nem o encarceramento abalou a luta.



Marítimos demitidos: "A Marinha defendendo o poder econômico"

"Apontaram fuzil até para o comandante"

Os tripulantes do "Henrique Leal" contam as agruras da vida em cárcere privado.

"O clima começou a ficar tenso na tarde do dia 7. Às 13 horas a Capitania dos Mares mandou suspender a escada de portaló, que dá acesso aos cais. A partir daí, quem estava dentro não saía, quem tinha ficado fora não podia entrar". O oficial de máquinas Manuel Cordeiro relatou com exclusividade para a Tribuna, em nome dos dez tripulantes que tinham sido demitidos horas antes da tripulação do "Henrique Leal", a vida dos marítimos no navio cercado por fuzileiros navais.

"Às 19 horas chegaram os fuzileiros, armados de fuzis "FAL" e metralhadoras. Eram três de vigia em cada embarcação. Proibiram até mesmo a saída das esposas e dos filhos de três tripulantes, que tinham subido a bordo. O comandante foi falar com os militares, mas desistiu quando lhe apontaram a arma. No nosso navio havia mantimentos, pois tínhamos feito abastecimento dias antes. Em outros, começou a faltar comida".

"No dia seguinte - continua Manuel - veio uma nova forma de pressão. Um representante da empresa proprietária do navio, a Netumar, entrou e começou a listar os que estavam aderindo à greve. Não nos acovardamos. Afirmamos que estávamos juntos com a categoria".

Foram demitidos sumariamente. No dia seguinte, mais uma arbitrariedade. A Netumar os substituiu por funcionários de sua oficina em Santos, gente não habilitada para operar a embarcação.

"Depois de 25 anos de sofrimento, unimos de novo a marinha mercante", dizia um participante desta e da última greve, em 62. De quebra, aprenderam algumas lições: "As Forças Armadas deveriam garantir o Brasil contra o inimigo externo - lembrou o segundo-oficial Cláudio Graça. Mas ela agora estão protegendo são os interesses políticos dos armadores. A Marinha entra nessa história com o objetivo claro de defender o poder econômico".

"O pé já está duro, mas tem que agüentar"

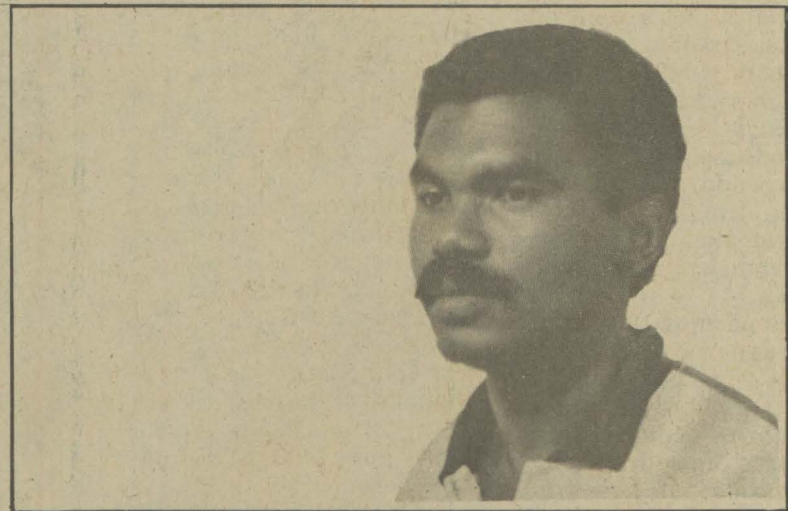
As condições de vida e trabalho dos marítimos, narradas por um oficial de máquinas do Lloyd Brasileiro.

Carioca de Vila Isabel, o marítimo Carlos Alberto concluiu o primeiro grau e depois estudou três anos na Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante no Rio para se tornar segundo-oficial de máquina. Fez por conta própria um curso de inglês, indispensável ao exercício de sua função. É tripulante do "Rio-verde", um graneleiro do Lloyd Brasileiro. Vive de prontidão, à disposição da empresa, sem contato com a família. Ganha Cz\$ 4.800 por mês. No fim de 86 saiu para uma viagem que ilustra bem a sua vida e de seus companheiros de profissão.

"Saímos do Brasil em outubro - conta Carlos - com um carregamento de soja para a Polônia. Depois de 30 dias chegamos ao porto de Gdansk. Era o inverno europeu e a temperatura era de -30°C no Mar Báltico. O pior momento é o da atracação. Sem luvas e sem agasalho, você veste tudo que é camisa, tudo que é casaco para suportar o frio. As botas são

deficientes. O pé começa a ficar duro mas você é obrigado a agüentar o frio durante uma, duas, três horas de manobras. As mãos doem, a orelha arde. Terminada a atracação, vem o cansaço. Mas você não dorme, pois o navio não tem calefação, seus pés estão gelados, você olha para fora e é só gelo do outro lado do vidro".

Desembarcada a soja em Gdansk o "Rioverde" rumou para a Alemanha Oriental, onde recebeu uma carga de potassa, e para a Bélgica, onde foi carregado com malte. O Natal e o Ano Novo, Carlos passou a bordo. Só depois voltou ao Brasil, chegando a Santos em 31 janeiro. A camaradagem de alguns superiores permitiu que ele visitasse a esposa e a filha de 3 anos no Rio. Voltou a Santos e logo começava a greve. Por estar em terra no dia da ocupação do porto pela Marinha, Carlos não retornou ao navio. Foi para o sindicato e não saiu mais de lá.



Carlos vive agora no sindicato: "sou trabalhador consciente"

Marinha brasileira: elitismo e repressão

Ao dirigir suas corvetas e fuzileiros navais contra os marítimos em greve, a Marinha do Brasil retoma um traço repressivo que faz parte de suas tradições mais antigas. A mais aristocrática de nossas Forças Armadas, a Marinha, foi a preferida da elite imperial, cujos filhos compunham seu quadro de oficiais - teve inclusive, dizem alguns historiadores, a simpatia oculta de D. Pedro II.

A revolta da Armada, em 1833, no início da República, sob o governo Floriano Peixoto, revelou que as simpatias imperiais eram correspondidas pela Marinha: a revolta provou, para quem ainda duvidasse, que a Marinha tornara-se o último reduto da reação monarquista.

Derrotada, com seus melhores navios destruídos, a Marinha entrou portanto na República como uma força de prestígio menor, sendo mesmo rival do Exército. Além disso tinha uma composição social explosiva: a pequena casta de oficiais, brancos oriundos das melhores famílias aristocráticas que

secularmente dominaram o país, comandava com mão de ferro um corpo de marinheiros formado por 80% de negros e mulatos e 10% de caboclos, recrutados entre as camadas mais baixas e atrasadas da população, e mantidos em obediência por um código de disciplina que tinha nos castigos corporais - a célebre chibata - seu instrumento mais eficaz.

O tratamento cruel dos marinheiros levou-os, em 1910, à revolta, liderados pelo negro João Cândido, exigindo o fim dos castigos corporais. Apesar disso, esse método continuou a ser aplicado, em escala menor certamente, nas décadas seguintes.

Em março de 1964, o padrão de comportamento



O marinheiro João Cândido durante a "revolta da Chibata, em 1910"

elitista forjado na história da Marinha, surge novamente quando dois mil marinheiros rebelaram-se e, reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, exigiram reconhecimento de sua entidade, melhoria na alimentação, permissão para usar roupas civis fora de serviço, e o direito de casar-se.

Em resposta os oficiais enviaram uma tropa de fuzileiros navais para reprimir os amotinados. Para sua perplexidade, entretanto, os fuzileiros confraternizaram-se com os marinheiros, juntando-se a eles - um comportamento inaceitável, que transformou o episódio num dos estopins do golpe militar de 1º de abril.

Os fatos dessa semana mostram também qual é a função de mantenedores da ordem interna que os chefes militares insistem em conservar na Constituição que está sendo elaborada: eles fazem questão de continuar donos da tarefa de reprimir os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores brasileiros.

(José Carlos Ruy)

Ocupação militar acirra os ânimos nas refinarias

A se acreditar na versão dos patrões fardados, os "irredutíveis e radicais" sindicalistas são os responsáveis pelos tanques e soldados fortemente armados que tomaram de assalto as instalações da Petrobrás em todo o país, no último dia 10 (veja matéria na página 4). Ao menos é isso o que afirma o coronel da Aeronáutica Osires Silva que, travestido de civil, faz as vezes de presidente da Petrobrás. Mas na verdade os trabalhadores têm reivindicações sentidas, que vêm sendo tratadas com solene desdém pela direção da empresa.

Os funcionários da Petrobrás querem se contrapor aos reajustes salariais diferenciados impostos pela empresa. Sobre os salários de dezembro, a Petrobrás reajustou os empregados de nível médio (responsáveis pela operação nas refinarias) em 66,59%; mas os de nível superior foram reajustados em 94,58%... Os tra-

balhadores "radicais" querem o fim dessa discriminação, e pleiteiam um reajuste de 70,87% - dos quais o coronel Osires só aceita ceder 38%.

Para o dia 10 os sindicatos organizaram, a nível nacional, um movimento, "Operação Permanência", que visava desencadear uma "Vigília de Protesto" dos funcionários contra o arrocho salarial de que têm sido vítimas. Mas o movimento não chegou sequer a ter início. Antes disso, o coronel Osires chamou as tropas militares e os tanques.

"Nosso movimento é pacífico, como os anteriores, que já realizamos. A intervenção militar só fez aumentar a tensão e a revolta dos trabalhadores. Toda a diretoria do sindicato foi proibida de entrar na Refinaria Planalto", queixou-se o vice-presidente do Sindicato dos Petroleiros de Pernambuco, Wagner Lima.